



António Saraiva & Filhos, Lda

Construção Civil, Obras Públicas e Exploração de Pedreira

20

RELATÓRIO E CONTAS

21

BR
C
E

3	Mensagem da Gerência
4	Relatório de Gestão
7	Alguns Indicadores
8	Enquadramento
11	A Empresa
43	Demonstrações Financeiras
48	Certificação Legal de Contas
52	Anexo às Demonstrações Financeiras



Mensagem da Gerência

Na continuidade do ano 2020, o ano 2021 voltou a apresentar um crescimento de faturação considerável.

O volume de negócios para este ano, foi o valor mais elevado de sempre da António Saraiva & Filhos, Lda fixando-se nos 19.376.473,10 euros.

Este valor representa um crescimento de 18% relativamente ao ano 2020 e representa 2,55 vezes o valor faturado em 2016 (há apenas 5 anos atrás)!

Apesar do melhor ano de faturação, os resultados, em percentagem, mantiveram-se ao nível dos anos anteriores, refletindo a dificuldade do setor das obras públicas em aumentar as suas margens.

Tendo em conta que 2021 ainda teve um impacto do segundo ano de pandemia, devido ao Covid-19, que motivou um crescimento dos preços de custo, bem como o atraso na entrega de muitos materiais que originaram um atraso nos valores faturados para os nossos clientes, podemos afirmar que o ano 2021 foi um bom ano.

No entanto, esperam-se várias dificuldades para o próximo ano. Desde logo pelo atraso nos fornecimentos e na subida abrupta de alguns preços de materiais, como sejam o ferro, alumínio, combustíveis, só para citar alguns.

As expetativas são assim animadoras, quando ao volume de negócios para o ano 2022, mas enfrentaremos várias dificuldades no que diz respeito à manutenção das margens.



Relatório de Gestão

2021

De acordo com o Boletim Económico do INE, após uma quebra histórica do Produto Interno Bruto (PIB) Português em 2020 (-8,4%) a economia portuguesa deverá registar um crescimento em 2021 de 4,9%, de acordo com as “Estimativas rápidas” do INE a 31 de Janeiro 2022, valor mais elevado desde 1990.

A evolução positiva do PIB teve um contributo positivo expressivo por parte da procura interna, verificando-se uma recuperação do consumo privado e do investimento. No que diz respeito à procura externa o seu contributo foi menos negativo em 2021, tendo-se registado crescimentos significativos das importações e das exportações de bens e serviços.

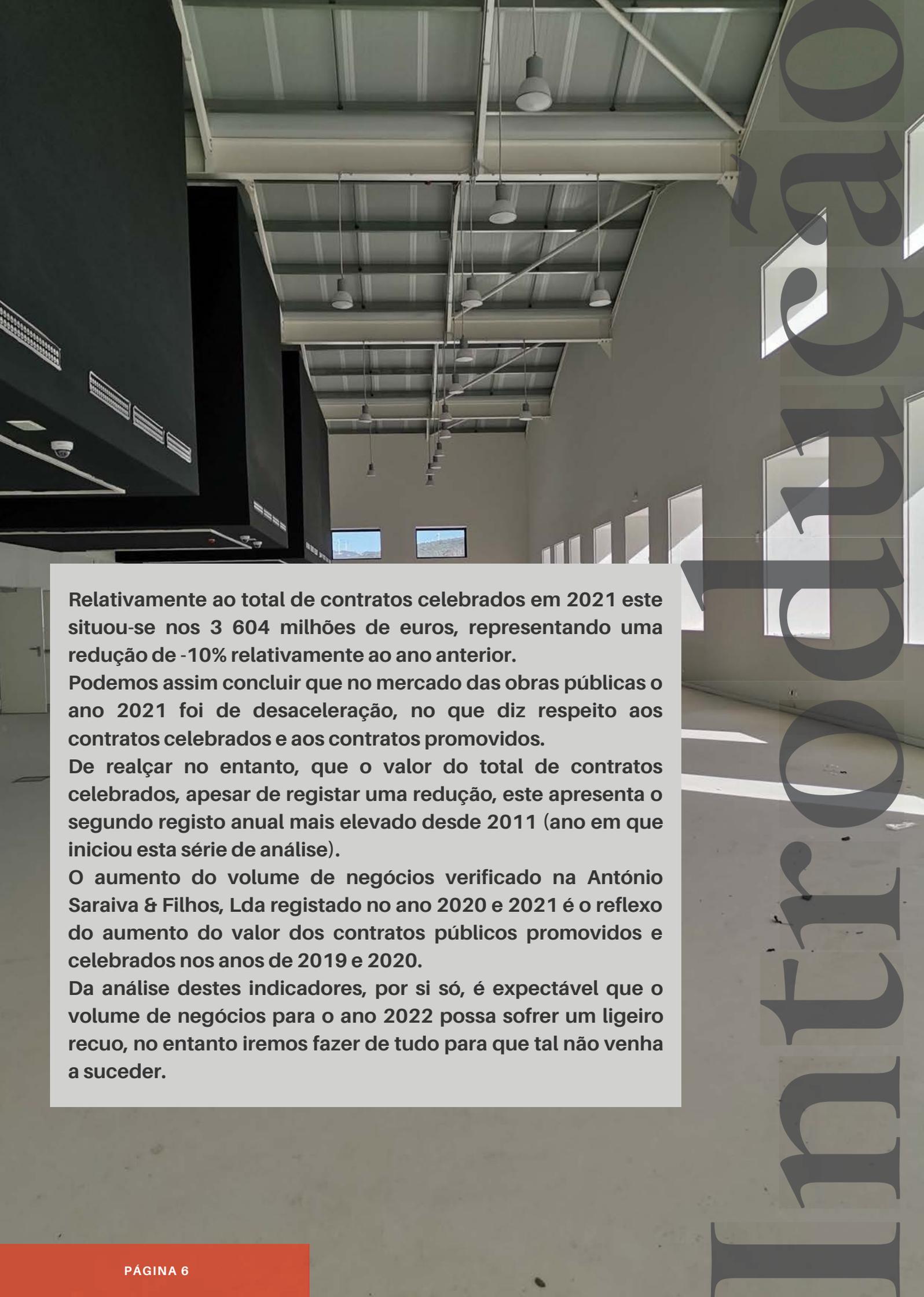
Relativamente à zona euro e à União Europeia, segundo o Eurostat, tiveram um crescimento anual de 5,2%.

Especificamente no setor das obras públicas e de acordo com o “Barómetro das obras públicas” publicado pela Associação das Industrias de Construção Civil e Obras Publicas (AICCOPN), o ano 2021 encerra com um volume total de 3 825 milhões de euros de concursos públicos promovidos, o que representa uma redução de -21% face ao ano anterior.

O ano 2021 regista assim uma redução do mesmo valor absoluto, mas em sentido contrário ao aumento verificado em 2020, de 21%.

PARQUE URBANO DE ALCÁCER DO SAL





Relativamente ao total de contratos celebrados em 2021 este situou-se nos 3 604 milhões de euros, representando uma redução de -10% relativamente ao ano anterior.

Podemos assim concluir que no mercado das obras públicas o ano 2021 foi de desaceleração, no que diz respeito aos contratos celebrados e aos contratos promovidos.

De realçar no entanto, que o valor do total de contratos celebrados, apesar de registar uma redução, este apresenta o segundo registo anual mais elevado desde 2011 (ano em que iniciou esta série de análise).

O aumento do volume de negócios verificado na António Saraiva & Filhos, Lda registado no ano 2020 e 2021 é o reflexo do aumento do valor dos contratos públicos promovidos e celebrados nos anos de 2019 e 2020.

Da análise destes indicadores, por si só, é expectável que o volume de negócios para o ano 2022 possa sofrer um ligeiro recuo, no entanto iremos fazer de tudo para que tal não venha a suceder.

Alguns Indicadores



	2018	2019	2020	2021	Varição 2020/2021
Vendas e prestação de serviços	13.165.595,52	13.088.367,33	16.452.318,98	19.376.473,10	17,8%
Nº Trabalhadores	121	126	140	156	11,5%
EBITDA	578.340,60	726.223,58	881.418,83	1.004.900,12	14,0%
EBITDA/Vol. Negócios	4,4%	5,5%	5,4%	5,2%	-3,2%
EBIT	329.809,67	411.912,63	511.059,15	579.877,11	13,5%
EBIT/Vol. Negócios	2,5%	3,1%	3,1%	3,0%	-3,7%
Ativos não corrente	3.000.666,43	2.999.814,84	3.900.547,89	5.024.023,49	28,8%
Total capital próprio	3.436.280,45	3.535.478,01	3.923.808,81	4.248.395,02	8,3%
Resultados Líquidos	150.037,41	164.914,98	388.330,80	324.586,21	-16,4%

A photograph of a modern interior space. On the right, there is a wall made of rough, natural stone. A glass railing with a wooden handrail runs along the edge of a dark floor. The floor has two circular recessed lights. On the left, a white pillar is visible. The background shows a glass-walled area, possibly a staircase or a different level. The overall lighting is warm and focused on the architectural details.

Enquadramento



ESPUMANTERIA DO PARQUE

O ano 2021 fica marcado pela continuidade da pandemia do COVID-19 que continuou a restringir a movimentação de pessoas e bens.

Apesar de a nível epidemiológico a situação ser bastante menos gravosa do que no ano 2020, o que é fato, é que assistimos principalmente na segunda metade do ano a um escalar dos preços de alguns bens, muito por culpa da dificuldade de os encontrar em tempo útil.

Assistiu-se assim, a uma escalada de preços que em nada contribuiu para reforço das margens, uma vez que os preços de venda já estão contratualizados e fechados há muitos meses. Por outro lado, esta escalada de preços refletiu-se na dificuldade em orçamentar novas obras, devido à falta de datas para entrega de materiais, não havendo garantias da data de entrega, nem do valor a que a mesma poderia ser entregue.

Esta é uma dificuldade atual, mas seguramente manter-se-á também para o ano 2022, muito por culpa do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia que veio agudizar ainda mais este problema.

No lado das oportunidades temos de continuar a aproveitar os valores ainda significativos de contratação pública, de modo a conseguirmos pelo menos manter, os valores atingidos em 2021. Relativamente à carteira de obras adjudicadas, no final do ano 2021, assistimos a uma diminuição, sendo que a 31 de dezembro o valor fixou-se ligeiramente abaixo dos 25 milhões de euros.



Pela análise do gráfico em baixo, que compara a faturação, com o volume de obras adjudicadas, verificamos que a um aumento do volume de negócios da empresa, obtivemos uma diminuição do valor de obras adjudicadas, ou seja, o ritmo de execução foi superior ao ritmo de novos concursos ganhos.



Apesar desta diminuição, no final do ano anterior, somos a informar que no final de Fevereiro 2022 este valor já estava nos 32.224.204,02 euros, assegurando assim a normal continuidade da empresa para o próximo biénio.



REFRESA

Volume de Negócios



O volume de negócio da empresa apresenta-se cíclica com anos de mais fraco volume de negócios o 2007 e o 2016 e com anos de maior volume de negócios o 2021 e 2013.

Como pode ser observado o ano 2021 foi o melhor ano de sempre da António Saraiva & Filhos, Lda, tendo atingido o valor de 19.376.473,10 euros.

Este valor representa um aumento de 18% em relação ao ano anterior.

De salientar o crescimento registado nos últimos 5 anos, sendo que em 2016 o volume de negócios foi de 7,6 milhões de euros e em 2021 foi de 19 milhões de euros, representando 2,55 vezes o valor de 2016.

Este crescimento foi o resultado das políticas praticadas pela empresa de expandir a sua atividade para o Sul do Portugal, bem como da sua expansão para fora de Portugal.

Analisando o volume de negócios por meses, verificamos que mensalmente o ano foi bastante estável, não havendo grandes picos, ou quebras de faturação. Mesmo assim, o mês de Janeiro e Outubro foram os piores meses, enquanto o Junho foi o melhor mês de 2021. Como média mensal obteve-se o valor de 1,6 milhões de euros.



Nº Trabalhadores

Em linha com o crescimento do volume de negócios, também o número médio de trabalhadores do ano 2021 cresceu, situando-se nos 156.

Este valor representa uma subida de 16 pessoas (12%), comparando com a média do ano 2020. Desde 2016 que este indicador tem vindo a sofrer um crescimento anual sustentado.

Apesar deste crescimento, a procura de novos trabalhadores é uma constante, dadas as grandes dificuldades na contratação de novos funcionários. A mão-de-obra, essencialmente de artistas, escasseia, tornando-se cada vez mais difícil conseguir ter recursos próprios para a execução de determinadas tarefas.



A empresa continua a sua política de contratação de pessoal mais jovem, nomeadamente através de contratos de estágios profissionais, junto do IEFP. À data de 31 Dezembro 2021 a empresa tinha ativo 1 estágio profissional.

Analisando mensalmente a evolução do número de trabalhadores, podemos verificar que o mês de Abril foi o mês com mais trabalhadores, tendo atingido os 161.

A partir de Setembro, temos assistido a uma diminuição gradual do número de funcionários, atingindo em Dezembro o valor de 153, muito idêntico ao registado em Janeiro (152).

Nº Trabalhadores



A empresa continua apostada na manutenção de mão-de-obra própria para a execução de determinadas tarefas, bem como garantir a presença de pessoal próprio em todas as nossas obras.

O projeto de contratação de mão-de-obra estrangeira continua ativo, tendo já conseguido a contratação de vários trabalhadores. Mas o processo é bastante burocratizado e com contantes atrasos, uma vez que todo o processo de aprovação nas entidades legais é efetuado ainda com os trabalhadores no seu país de origem.

A empresa recorre a subempreiteiros para todos os trabalhos que não consegue assegurar por mão-de-obra própria, sendo que a contratação de subempreiteiros representou em 2021 um valor de 9.244.308,65 euros, ou seja 48% d volume de negócios.



Os Resultados Líquidos do ano 2021 foram de 324.586,21 euros, representando 1,7% do volume de negócios.

Em termos absolutos, o resultado sofreu uma redução de 63.744,59 euros, comparativamente com o ano 2020.

Tendo em conta que os Resultados Antes de Impostos foram de 1,8% do volume de negócios, valor igual ao do ano 2020, podemos afirmar que a redução verificada no resultado líquido do período deveu-se ao Imposto Sobre o Rendimento do Período. Em 2020 o valor do Imposto foi de 98.685,45 euros e em 2021 o valor foi de -23.124,21 euros. Esta diferença resulta na sua maioria na redução do valor dos Impostos Diferidos apurados no âmbito do RFAI (Regime Fiscal de Apoio ao Investimento), resultante de um menor investimento efetuado no ano 2021.

Como podemos verificar no gráfico em baixo, o ano 2021 representa o segundo melhor ano dos últimos 11 anos.



Comparando com o estudo promovido pelo Banco de Portugal, "Quadro do Setor", relativamente às médias empresas cuja atividade de enquadra no CAE 42 - Engenharia Civil, no ano 2020, este indicador situou-se nos 1,88%.

Resultado Líquido

Na mesma linha dos Resultados Líquidos, o valor do EBITDA (earnings before interests taxes depretiations and amortizations) fixou-se ligeiramente acima da fasquia do 1 milhão de euros. Mais concretamente em 1.004.900,12 euros.

Este valor representa um aumento de 14% face ao ano 2020 e em termos absolutos representa um aumento de 123.481,29 euros.

Este valor é o mais elevado dos últimos 8 anos. Apesar de ainda ter ficado abaixo dos anos de 2011 a 2013 onde este indicador também se situou acima do 1 milhão de euros.



Analisando o indicador do EBITDA / Volume de negócios voltámos a verificar uma ligeiríssima quebra face ao ano anterior. Esta redução é explicada maioritariamente pelo ligeiro aumento, em termos relativos, dos fornecimentos e serviços externos e da variação dos inventários de produção. Em sentido contrário houve uma melhoria no custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, bem como uma diminuição das imparidades das dívidas a receber.

No ano em análise, este indicador fixou-se nos 5,2%, ligeiramente abaixo dos 5,4% apresentados em 2020.

EBITDA

EBITDA

Este indicador revela uma diminuição das margens praticadas desde 2011 a 2014. De 2018 até 2021 a média deste indicador é de 5,1% revelador das baixas margens praticadas desde então. De realçar que os últimos 3 anos, este indicador situa-se acima dos 5%.

De acordo com o estudo promovido pelo Banco de Portugal, "Quadro do Setor", relativamente às médias empresas cuja atividade de enquadra no CAE 42 - Engenharia Civil, no ano 2020, este indicador situou-se nos 6,95% e em 2019 nos 5,35%

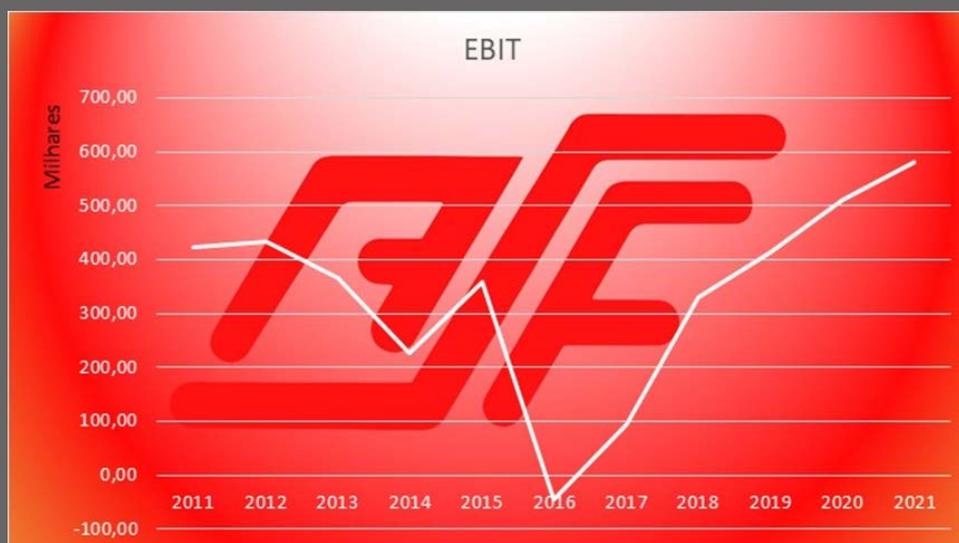


EBIT



O indicador de EBIT (Earnings Before Interests and Taxes) relativo ao ano de 2021 fixou-se nos 579.877,11 euros, valor mais elevado de sempre. Este aumento, em valor absoluto, representa 68.817,96 euros e em termos relativos, representa um aumento de 13,5% comparativamente com o ano anterior.

O indicador em causa apresenta o melhor resultado de sempre, fruto de um custo relativamente baixo de amortizações e depreciações, que se situarem em 2,2% do volume de negócios, em 2021.



EBIT

Comparando o EBIT em função do volume de negócios, o valor reduziu ligeiramente, em relação ao ano anterior, tendo registado 3% do volume de negócios da empresa.

No ano 2020 este valor tinha sido de 3,1%, pelo que reduziu em 0,1%.

Se considerarmos a média dos últimos 11 anos, que se situa nos 2,3%, o ano 2021 revela-se como mais um ano acima da média.



Ativo não Corrente

Após o aumento de 900.733,05 euros verificado em 2020, eis que este indicador torna a aumentar, mas agora no valor de 1.123.475,60 euros.

Enquanto no ano 2020, este indicador aumentou maioritariamente fruto de uma política de investimento em ativos fixos, este ano, o aumento verificou-se devido à política de investimento em Investimentos Financeiros.

A António Saraiva & Filhos, Lda reforçou o seu investimento financeira na empresa Codal, Engenharia e Construção, Lda, empresa de direito Moçambicano, empresa subsidiária desta.

O reforço do investimento foi efetuado por conversão de créditos, reforçando a ideia de que o valor investido será recuperado através de uma futura alienação da empresa e não através da recuperação por créditos correntes.

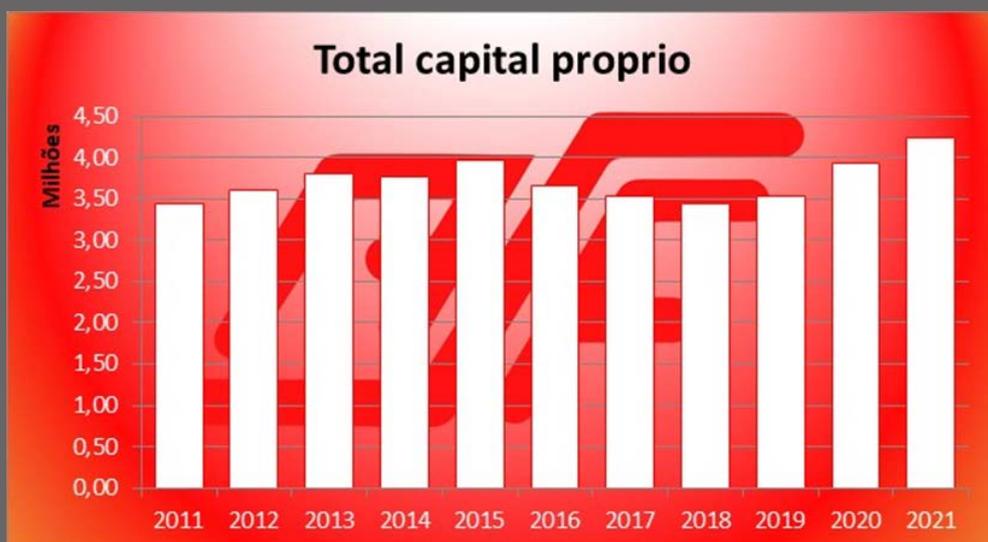


Capital Próprio

O total do Capital Próprio, no ano em análise apresenta um aumento de 324.586,21 euros.

A empresa continua a seguir uma política de não distribuição de resultados, pelo que o Resultado Líquido do Exercício de 2020, que se situou nos 388.330,80 euros, foi todo convertido em Reservas e Resultados Transitados durante o ano 2021.

Em 2021 o Total do capital próprio foi de 4.248.395,02 euros.



Financiamentos

O valor dos financiamentos no final do ano 2021 reduziu em 338.662,24 euros, comparativamente ao ano 2020, o que representa uma redução de 5%.

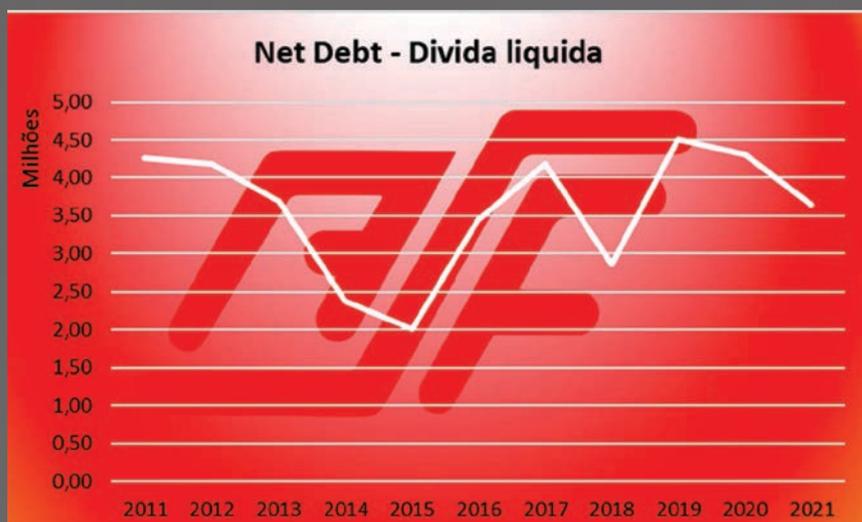
Após o ano 2020 em que foi registado um aumento dos financiamentos em 28% devida a uma política conservadora e uma elevada incerteza no que dizia respeito ao COVID-19, o ano 2021 apresenta uma diminuição deste indicador.



Relativamente às fontes de financiamento, estas resumem-se a três grandes categorias: Os empréstimos bancários de médio e longo prazo que foram reduzidos em 928.568,94 euros, durante o ano 2021; Os contratos de locação financeira, que foram reduzidos em 43.787,86 euros durante ao ano 2021 e os confirmings que registou um crescimento de 633.694,56 euros durante o mesmo ano.

Mais do que a situação do endividamento, deveremos observar o valor da dívida líquida. Este indicador em 2021 sofreu uma redução de 657.822,13 euros, que corresponde a uma diminuição de 15% relativamente ao ano anterior.

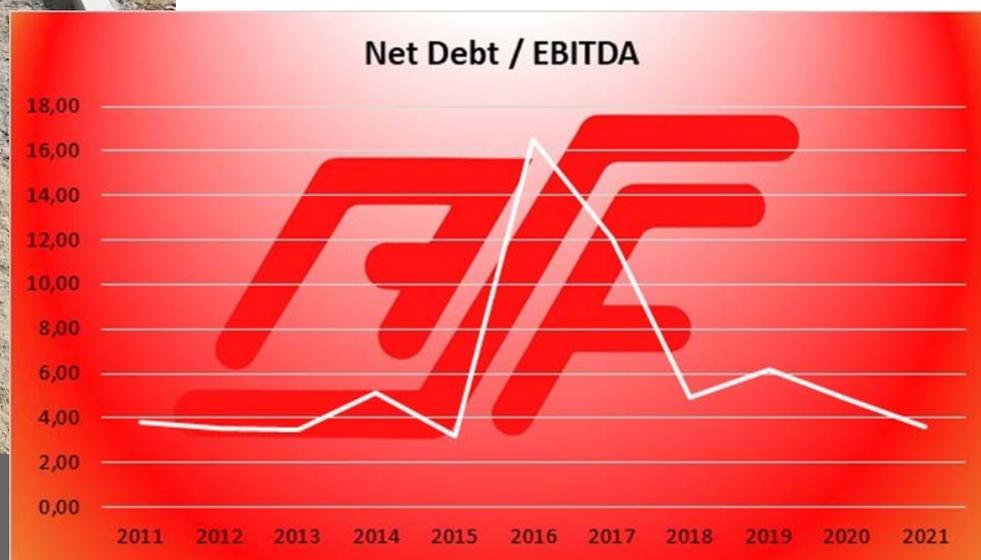
Em termos absolutos, o indicador de dívida líquida fixou-se nos 3.664.880,45 euros, valor mais baixo dos últimos três anos.



Financiamentos

Relacionando a dívida líquida com o EBITDA, verificamos que este indicador no ano 2021 ficou abaixo de 4, mais precisamente nos 3,6, o que significa que seriam necessários 3,6 anos para que a dívida líquida ficasse toda regularizada.

Este indicador sofreu um agravamento significativo nos anos 2016 e 2017, em virtude do fraco EBITDA apresentado pela empresa nesses anos.



De 2011 a 2021, a média deste indicador é de 6,12, mas o ano 2021 evidencia-se pelo fato de voltar a colocar este indicador abaixo do 4.

Relativamente aos custos com os financiamentos, este valor em termos absolutos reduziu 3.092,63 euros em 2021, comparando com 2020. O valor fixou-se nos 118.894,94 euros, o que representa uma taxa média de financiamento de 1,85%.

De registar que o custo com financiamentos tem vindo a registar uma diminuição gradual ao longo dos anos, muito por culpa de uma diminuição das taxas de juro praticadas, salientando que os dois últimos anos, a taxa ficou mesmo abaixo dos 2%.

Se compararmos a taxa obtida com a taxa indicada pelo banco de Portugal, no estudo sobre "Quadros do Setor", relativamente às empresas com a atividade CAE 42 - Engenharia civil e com a dimensão de média empresa, o estudo apresenta para um custo de financiamento médio de 3,3%, para o ano 2020.



Prazos Médios

O ano 2021 fica marcado pela redução em ambos os indicadores. Tanto o prazo médio de recebimento, como o prazo médio de pagamentos registaram reduções, comparativamente com o ano anterior.

Mais, o ano 2021 registou os melhores indicadores dos últimos 11 anos! E ambos os indicadores situaram-se abaixo dos 60 dias. E ainda, o prazo médio de recebimentos situou-se abaixo do prazo médio de pagamentos. Relativamente ao prazo médio de pagamentos, desde 2016 que este indicador tem vindo a diminuir progressivamente fixando-se em 2021 nos 52 dias.

Relativamente ao prazo médio de recebimentos este indicador apresenta em 2021 uma quebra acentuada, tendo registado o valor de 44 dias.

A empresa mostra assim evolução muito positiva quanto a ambos os indicadores, mais ainda se compararmos com a média apresentada no "Quadro do Setor" elaborado pelo Banco de Portugal, que evidencia que as médias empresas enquadradas no CAE 42 - Engenharia Civil, apresentam uma média de 131 dias, quer quanto à média de pagamentos, quer quanto à média de recebimentos.



Autonomia Financeira

O indicador de autonomia financeira, que relaciona o capital próprio com o total do ativo líquido, ou seja apresenta a percentagem dos ativos que está a ser financiada por capitais próprios apresenta, em 2021 o mesmo valor que tinha obtido em 2019, ou seja 30%.

Assim, após um decréscimo de 1% registado em 2020, eis que 2021 regista um acréscimo de 3%.

Este indicador tem revelado uma certa estabilidade, apresentando nos últimos anos sempre valores muito próximos de 30%. Reflexo disso mesmo é o fato de a média dos últimos 8 anos ser de 30%.



Liquidez Geral

Este indicador que compara os ativos de curto prazo, com os passivos de curto prazo e registou uma diminuição, em 2021, de 1,75 para 1,37.

A diminuição resulta essencialmente da conjugação de dois fatores. Por um lado, a diminuição do saldo de clientes, por outro, pelo aumento dos financiamentos obtidos de curto prazo.



Comparando o indicador acima identificado, com a média obtida pelo banco de Portugal, no "Quadro do setor", relativamente às médias empresas com o CAE 42 - Engenharia Civil, este indicador regista, em 2020, o valor de 1,53.

Estratégia

O significativo volume de obras já adjudicadas, mas ainda sem terem sido iniciadas, no final do ano 2020, permitiu um volume de negócios para 2021 de exceção. A diminuição dos prazos entre a contratação das obras e o seu início facilitou o atingir de um volume de negócios recorde na António Saraiva & filhos, Lda.

Este volume de negócios apenas foi possível de atingir, pela implementação da estratégia iniciada há alguns anos atrás de concorrer a obras de maior dimensão, possíveis de executar com a classe 7 de alvará de empreiteiro de obras públicas, detido pela empresa.

Esta decisão da empresa alterou o tipo de obra a efetuar, o tipo de concorrência, as margens praticadas, mas também a capacidade de atingir volumes de faturação mais elevados.

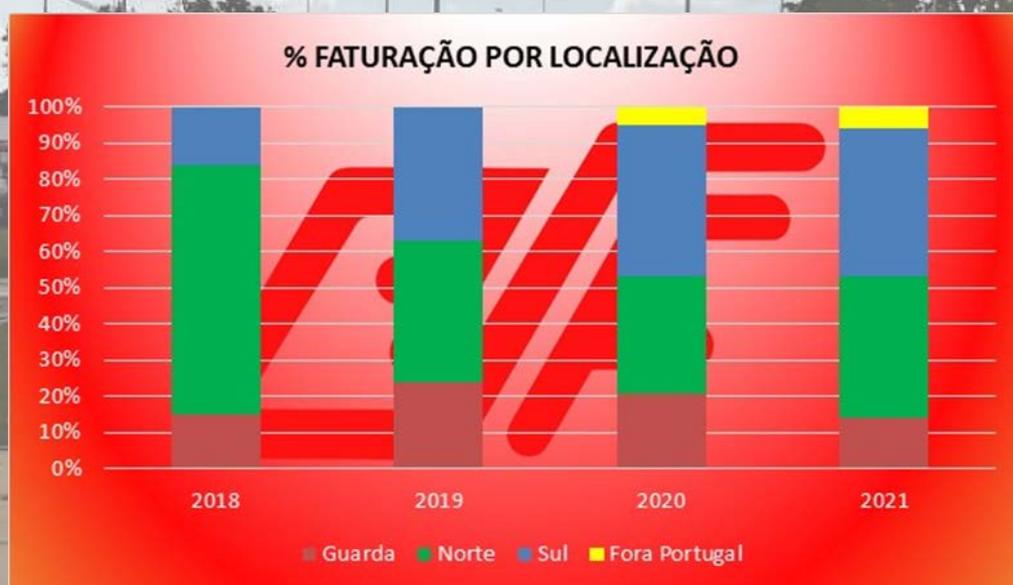
Relativamente à divisão do volume de negócios por regiões, podemos verificar no gráfico seguinte, que as obras a Sul do país continuam com uma percentagem muito boa do total faturado.

O Sul de Portugal representou, em 2021, 41% da totalidade do volume de negócios da empresa. Esta percentagem é muito idêntica à apresentada no ano de 2020, que ficou nos 42%, revelando a importância deste mercado para a empresa.

O Norte do País (incluindo a Guarda) representa em 2021, 53% da totalidade da faturação, mantendo exatamente o mesmo peso que no ano anterior.

Dentro do Norte, o peso da Guarda recuou ligeiramente, enquanto os outros distritos subiram na mesma percentagem (7% do total do volume de negócios).

Relativamente à estratégia de internacionalização, esta continua ao seu ritmo, representando em 2021, 6% do total da faturação, mais 1% que no ano anterior, demonstrando a continuidade do projeto contratado em 2019, mas cujo efeito prático apenas se sentiu em 2020.



Assim sendo, as obras a Norte têm um peso de 53%, a Sul 41% e fora de Portugal 6%.

Em jeito de comparação, o ano 2018 apresentava 84% das obras realizadas no Norte do País e apenas 16% das obras executadas no Sul.

Pelo volume de obras já adjudicadas no final do ano 2021 (e no início de 2022, como atrás foi referido), é expectável que o ano 2022 seja no sentido de continuidade do ano 2021, continuando a recolher os resultados da estratégia iniciada em 2018.

Aspetos Relevantantes do ano

O ano 2021 apresentou-se com duas realidades distintas e que se podem dividir no tempo, mas com efeitos resultantes do mesmo, a Pandemia provocada pelo COVID-19

Um primeiro semestre de 2021 ainda muito marcado pela pandemia do COVID-19, com várias restrições aplicadas a vários níveis, com uma elevada taxa de contágio que voltou a encerrar muitas atividades e a colocar o teletrabalho como obrigatório.

No segundo semestre de 2021 assistiu-se a uma diminuição na oferta de muitas matérias-primas e subsidiárias, causando um enorme constrangimento no cumprimento das datas para a execução das tarefas. Esta diminuição na oferta teve um efeito imediato nos preços desses bens, que começaram a subir, alguns deles, podemos considerar mesmo, que vertiginosamente.

Agora, para além do cumprimento dos prazos de execução das obras, enfrentamos outro problema, que é uma subida generalizada dos preços dos bens e serviços.

Esta situação coloca uma enorme pressão sobre as margens da empresa, mas com especial impacto no ramo das obras públicas e na construção em geral, onde o tempo que medeia entre a fixação do preço de concurso e a execução da obra é elevado.

Este é sem dúvida um aspeto muito relevante para o ano 2021, mas também o será certamente para 2022, pois aliado a esta escalada de preços pelo COVID-19 sentimos hoje (Fevereiro e Março 2022) o efeito de nova subida de preços de bens motivado pela guerra na Ucrânia, que teve início em Fevereiro 2022.

No que diz respeito à faturação da empresa, por tipo de obra e analisando o gráfico seguinte, podemos verificar que o peso das obras de edifícios aumentaram para 57% do total da faturação da empresa, apresentando uma subida de 9 pontos percentuais.

Em sentido contrário apresenta-se uma redução de obras hidráulicas (-8%) e de vias de comunicação e infraestruturas (-3%).



Gestão da Qualidade, Segurança e Ambiente



Qualidade

Os Sistemas de Gestão da Qualidade (SGQ) da empresa e o Sistema de Controlo de Produção em Fábrica (SCPF) dos agregados e das misturas betuminosas produzidas nas instalações da empresa na Pedreira do Piornal, foram auditados em 2021, por organismos externos qualificados para o efeito.

Nestas auditorias, a empresa obteve um excelente desempenho tendo sido aprovadas:

- a)- Continuidade da certificação da qualidade da empresa pela norma NP EN ISO 9001:2015 e
- b)- Continuação da certificação dos inertes produzidos pela empresa, de acordo com as exigências do regulamento Europeu N°- 305/2011 relativo às exigências de segurança e desempenho aplicáveis a materiais de construção.
- c)- Renovação da certificação das Misturas Betuminosas produzidos pela empresa, de acordo com as exigências do regulamento Europeu N°- 305/2011 relativo às exigências de segurança e desempenho aplicáveis a materiais de construção.

Neste momento a empresa detém 3 certificados válidos:

Certificado de Sistema de Gestão da Qualidade pela norma NP EN ISO 9001:2015 emitido pela entidade Certificadora EIC, organismo autorizado pelo IPAC..

Certificado de Controlo de Produção em fábrica emitido pelo organismo de inspeção EIC, relativo à Marcação CE das Misturas Betuminosas produzidas na Central de Fabrico no Piornal.

Certificado de Controlo de Produção em fábrica emitido pelo organismo de inspeção EIC, relativo à Marcação CE dos produtos extraídos e britados e das misturas de agregados britados na Pedreira do Piornal..

Adicionalmente foram realizados vários ensaios aos produtos (Misturas Betuminosas e Inertes) em Laboratório Externo acreditado (CTCV de Coimbra) para além dos ensaios regularmente realizados internamente no nosso laboratório sito na Pedreira do Piornal.

Continuam a ser realizados regularmente ensaios internos e externos aos agregados produzidos na Central de Britagem da empresa e que se destinam a ser aplicados na produção de betão dos clientes.

Em 2021 foram ainda elaborados e submetidos á apreciação pelas Entidades Adjudicantes, vários planos de gestão de qualidade em obra.

No ano de 2021 não houve qualquer registo de reclamação ou devoluções.



Ambiente

Relativamente às questões ambientais, a empresa assegura os seguintes compromissos, de modo a dar cumprimento à legislação Ambiental no âmbito da sua atividade:

Em 2021 a empresa deu continuidade ao processo de Recepção, Armazenagem e Tratamento de Resíduos de Construção e Demolição - RCD's, cumprindo as exigências legais impostas no Título de Exploração Industrial. Durante ao ano em análise, a empresa reforçou a sua capacidade de recolha e transporte de resíduos.

Encaminhamento a destino final licenciado, de todos os resíduos resultantes da sua atividade na responsabilidade de produtor de resíduos.

Realização da medição das emissões atmosféricas produzidas pela Central de Fabrico de Misturas Betuminosas, confirmando-se a conformidade da emissão.

Implementação do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos em todas as obras por si desenvolvidas.

No ano em análise, continua em vigor o Seguro de Responsabilidade Civil Ambiental, provando a consciencialização da empresa perante a temática ambiental.





Segurança

Para efeitos de cobertura de eventuais acidentes de trabalho, a empresa mantém ativa a apólice de seguro de acidentes de trabalho, cobrindo todos os funcionários desde o trajeto efetuado pelos funcionários de e para casa, bem como os acidentes que ocorrem no seu local de trabalho.

A empresa proporciona a todos os seus trabalhadores Equipamento de Proteção Individual (EPI's) de forma a proporcionar melhores condições de trabalho.

Apesar do aumento do número de trabalhadores, durante o ano 2021, o número de horas perdidas por acidente de trabalho diminuiu comparativamente com o ano 2020.

Foram assim perdidas devido a acidentes de trabalho 2.761,67 horas, o que equivale a uma média de 17,7 horas perdidas devido a acidentes de trabalho, por trabalhador.

Qualquer redução neste indicador é bom sinal. No entanto a empresa continua empenhada na eliminação do número de horas perdidas por tal situação.

De referir que as ausências por acidentes de trabalho representam 19% do total das ausências registadas na empresa durante o ano 2021.

Em continuidade com as políticas adotadas em anos anteriores, a empresa continua a apostar na formação contínua dos seus trabalhadores.

Ao nível da medicina no trabalho, continuamos a privilegiar a contratação de serviços externos à empresa, para a realização de todos os exames necessários e exigíveis.

Recursos Humanos

A empresa continua a prosseguir com uma política de contratação de pessoal próprio para a execução de determinadas tarefas, bem como garantir que em cada obra exista pessoal próprio da empresa.

Nesse sentido, continuamos a recrutar pessoal para os quadros da empresa, cientes da dificuldade que vivemos na contratação de mão-de-obra especializada, neste ramo de atividade.

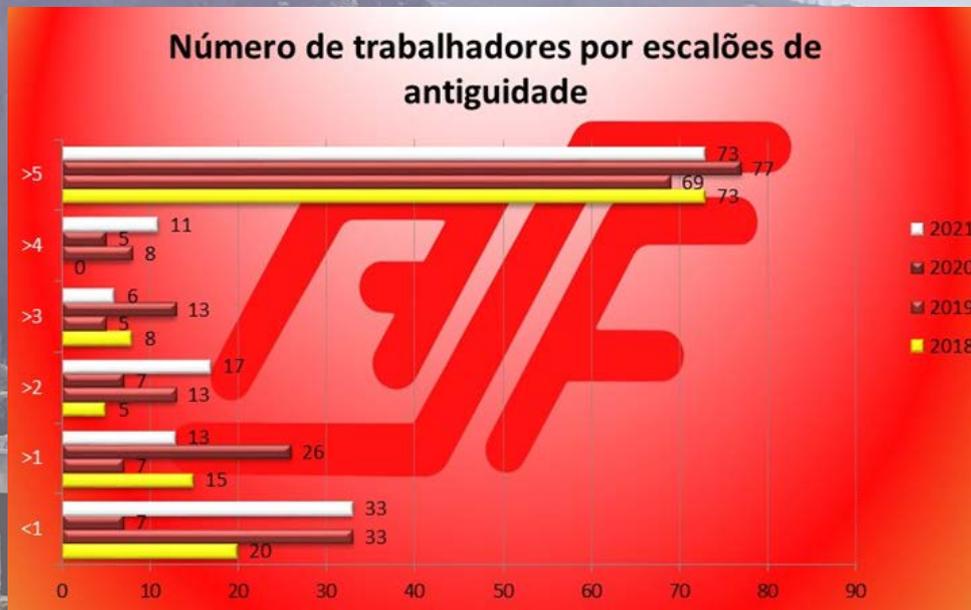
Mesmo com essa dificuldade, o número de funcionários em 2021 subiu para média anual de 156 trabalhadores. No entanto, a 31 de dezembro 2021, o número de funcionários foi de 153, apenas mais um funcionário que em janeiro do mesmo ano.

Se compararmos dezembro 2020, com dezembro 2021, verificamos que a criação líquida de postos de trabalho se saldo por um acréscimo de 5 funcionários.

O esforço colocado em novas contratações é visível no gráfico seguinte, onde podemos verificar que no final do ano 2021 registámos 33 funcionários com menos de 1 ano de casa. Com 1 a 2 anos de casa, registámos apenas 13 funcionários, com 2 a 3 anos o número de funcionários foi de 17. Com 3 a 4 anos foram registados apenas 6 funcionários enquanto com 4 a 5 anos registaram-se 11 funcionários.

O maior número de funcionários regista-se no intervalo de mais de 5 anos, que se mantém relativamente estável nos últimos anos e que em 2021 registou um total de 73 funcionários.

Recursos Humanos



Relativamente à idade dos funcionários, no ano 2021, não se registaram grandes alterações, conforme se pode verificar nos gráficos seguintes.

A percentagem de funcionários com a idade compreendida entre os 40 e os 50 anos manteve-se nos 29% e a percentagem de funcionários com mais de 50 anos também se manteve nos 42%, comparativamente com o ano 2020.

As variações existentes centraram-se nos escalões de menos de 30 anos, que subiu de 7% em 2020, para 11% em 2021, e no escalão de 30 a 40 anos que desceu de 22% em 2020 para 18% em 2021.

Divisão dos trabalhadores por idades a 31/12/2021



Divisão dos trabalhadores por idades a 31/12/2020



Recursos Humanos

Apesar da redução verificada nas horas perdidas por motivos de acidente de trabalho, o número total de horas faltadas voltou a subir em 2021, fixando-se ligeiramente acima das 14 mil horas, o equivalente a cerca de 7 funcionários ausentes, durante todo o ano, ou, visto de outro prisma, o equivalente a 91 horas de faltas em média por cada funcionário.

Este indicador está bastante influenciado pelo fato de em 2021, termos uma média de 5 funcionários de baixa prolongada. No entanto, registamos que no início de 2022, três destes funcionários regressaram ao trabalho, pelo que esperamos uma redução dos números de absentismo para o ano 2022.

Se analisarmos a relação entre o número médio de horas perdidas e o número de funcionários, verificamos que o número de horas perdidas por funcionário tem apresentado alguma estabilidade.



Carteira de Encomendas/Perspetivas

Com o valor mais elevado de sempre registado no volume de negócios durante o ano 2021, era expectável que o valor das obras em carteira pudesse apresentar uma redução.

A pressão apresentada pela elevada faturação teve de fato o impacto esperado no volume de obras adjudicadas, pelo que a 31 de Dezembro 2021, a empresa apresentava um volume de obras em carteira de 23.329.892,17 euros, valor equivalente ao apresentado no ano de 2018.

O volume de obras adjudicado situou-se pouco acima do valor faturado, o que indiciava uma garantia de obras para o próximo ano e meio.

No entanto, tal como atrás referido neste Relatório, já em final de Fevereiro 2022, este valor voltou a subir para os 32.224.204,02 euros assegurando a continuidade da empresa para os próximos 2 anos.

Esta situação reduz a pressão sobre a área comercial da empresa, colocando o foco na procura de obras com as melhores margens.

A empresa posiciona-se no sentido de melhor aproveitar a oportunidade criada pelo estímulo à economia com a contínua promoção de novos concursos de investimento público.

Tendo conseguido, em 2021, atingir o objetivo traçado para esse ano, no que diz respeito ao volume de negócios, temos condições para lutar por um volume idêntico em 2022.



Gestão de Risco

Todo e qualquer negócio está sujeito aos mais variados riscos. Há variáveis que não são controladas pelas empresas e que geram os mais diversos riscos. As empresas procuram minimizar os riscos, minimizando assim os seus efeitos potenciais.

No que respeita ao mercado e preços, as alterações em perspectiva vão no bom sentido, pelo que a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de oscilações nos preços de venda ou de inexistência de procura, é reduzida.

Quanto ao risco de continuidade e pelo atrás já foi divulgado, entendemos este risco está contido em valores muito baixos.

O risco de crédito é comum à generalidade dos negócios. A cobrança dos créditos pelos fornecimentos gera riscos que têm que ser mitigados por uma política persistente de cobrança e constituição de imparidades logo que atribuída probabilidade forte a esses riscos.

O risco de liquidez é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital próprio decorrente da incapacidade da entidade dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem. Como pode ser observado pelos indicadores de liquidez, entendemos que este risco é também ele reduzido.



Gestão de Risco

Quanto aos riscos financeiros, a António Saraiva & Filhos, Lda está sujeita à variação das taxas de juro. Nos últimos anos temos assistido a uma manutenção das taxas de juro a níveis historicamente baixos.

Outro risco financeiro presente em 2021 foi o decorrente das variações da taxa de câmbio. A empresa apresenta dívidas a pagar e dívidas a receber em moeda estrangeira, à data de 31 Dezembro 2021. Estes riscos são reduzidos através da contratação de contas específicas em moeda estrangeira. Em 2021, a empresa registou 9.631,21 euros de diferenças de câmbio desfavoráveis e 51.762,50 euros de favoráveis.

O histórico da Empresa é de resultados predominantemente positivos e de taxas de crescimento apreciáveis. O nível de resultados acumulados proporcionou uma autonomia financeira invejável que permite à António Saraiva & Filhos, Lda. avaliar o risco de liquidez de forma minimamente confortável.



Acontecimentos após encerramento do período



Entre o dia 1 de janeiro 2022 e 31 março 2022 ocorreram os seguintes eventos, os quais não originaram quaisquer ajustamentos às demonstrações financeiras de 2021.

Conflito militar na Ucrânia, consumado com uma invasão militar das tropas Russas a este país.

O conflito militar enumerado e as suas consequências terão implicações elevadas a nível mundial. Desde logo com perdas materiais e humanas e a deslocalização massiva da população Ucraniana.

Por outro lado, devido às sanções aplicadas à Federação Russa e desta, aos diversos países, onde se inclui a União Europeia, é certo que este conflito irá ter repercussões económicas relevantes. Desde logo com a suspensão da atividade com empresas Russas ou Ucranianas, o aumento dos preços nomeadamente dos combustíveis fósseis, metais e cereais, aumento da incerteza económica global que fará aumentar taxas de câmbio, juro e inflação e um possível aumento de cyberattacks.

A António Saraiva & Filhos, Lda não será afetada pela perda de vendas para esses países, uma vez que não temos clientes nesses países, mas no que diz respeito ao contexto internacional, pela elevada incerteza dos acontecimentos não é possível estimar com razoável grau de confiança os eventuais impactos na atividade.

A António Saraiva & Filhos, Lda irá continuar a monitorizar a situação e tomará as ações necessárias para minimizar estes efeitos.

Proposta de Aplicação de resultados



António Saraiva & Filhos, Lda na continuidade de anos anteriores, continua com a política de estimular a autonomia financeira através do reforço de capitais próprios.

O Resultado Líquido do Exercício do ano 2021 fixou-se nos 324.586,21 euros, tendo a gerência da empresa proposto à Assembleia Geral a seguinte aplicação:

- Reserva especial de lucros retidos e reinvestidos (DLRR): 186.890,70€
- Resultados transitados: 137.695,51€

Nota Final

O ano 2021 irá ficar na História, como um dos anos mais conturbados do século, devido à pandemia do COVID-19, mas certamente irá ficar na memória de alguns como sendo o recorde de faturação da empresa.

É com enorme orgulho que podemos afirmar que o ano 2021 foi um ano bastante positivo do ponto de vista económico-financeiro.

É com o sentimento de dever cumprido e do atingir uma meta traçada há alguns pares de anos, mas que infelizmente nunca tínhamos conseguido atingir. Mas este culminar não representa um fim, mas sim o início de um novo ciclo.

Como alguém já disse, “difícil não é chegar ao topo, mas sim permanecer lá”. É pois com perfeito conhecimento das dificuldades que nos esperam no futuro, que encaramos os desafios com a mesma determinação que os enfrentámos no passado.

É com algum sentimento de dever cumprido que chegámos ao fim de 2021, mas também com um sentimento de acréscimo de responsabilidade pela manutenção dos valores agora atingidos.

Uma palavra especial para todos aqueles que nos têm acompanhado e que permitiram mais um ano positivo para a António Saraiva & Filhos, Lda, nomeadamente:

-Aos nossos colaboradores, cujo esforço e dedicação torna possível os resultados alcançados todos os anos

-O apoio e compreensão dos nossos clientes e fornecedores, vistos como parceiros imprescindíveis

-A colaboração das Instituições Financeiras e entidades de Fiscalização e Auditoria

Guarda, 31 de Março 2022

Davide Tomé Saraiva



Sergio Braz Saraiva





Demonstrações Financeiras



- Balanço
- Demonstração de resultados
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio

ANTÓNIO SARAIVA & FILHOS, LDA

Balanço em 31 de dezembro de 2021

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS			
		31-12-2021	31-12-2020 Reexpresso	Ajustamento	31-12-2020 Apresentado
<u>Activo</u>					
<u>Activo Não Corrente:</u>					
A ctivos Fixos Tangíveis	7	3.212.974,57	3.225.595,55		3.225.595,55
Propriedades de Investimento	9	162.715,19	163.662,95		163.662,95
Participações Financeiras - Método da Equivalência Patrimonial	21	3.499,89	0,00		0,00
Outros Investimentos Financeiros	18	1.209.812,69	97.626,06	-321.000,00	418.626,06
A ctivos por Impostos Diferido s	17	435.021,15	413.663,33		413.663,33
Total Activo Não Corrente:		5.024.023,49	3.900.547,89	-321.000,00	4.221.547,89
<u>Activo Corrente:</u>					
Inventários	11	963.901,15	1.044.330,87		1.044.330,87
Clientes	18	2.762.681,07	3.824.369,40		3.824.369,40
Estado e Outros Entes Públicos	20	90.706,26	213.653,97		213.653,97
Outros Créditos a Receber	18	2.552.914,19	2.925.815,01		2.925.815,01
Diferimentos	20	45.671,81	50.067,14		50.067,14
A ctivos Financeiros Detidos para Negociação	18	329,14	287,80		287,80
Caixa e Depósitos Bancários	4	2.789.409,72	2.470.249,83		2.470.249,83
Total Activo Corrente:		9.205.613,34	10.528.774,02	0,00	10.528.774,02
Total do Activo:		14.229.636,83	14.429.321,91	-321.000,00	14.750.321,91
<u>Capital Próprio e Passivo</u>					
<u>Capital Próprio:</u>					
Capital Subscrito	20	615.000,00	615.000,00		615.000,00
Reservas Legais	20	154.256,39	154.256,39		154.256,39
Outras Reservas	20	271.554,59	507.912,25		507.912,25
Resultados Transitados	20	2.882.997,83	2.258.309,37	-321.000,00	2.579.309,37
Sub-Total:		3.923.808,81	3.535.478,01	-321.000,00	3.856.478,01
Resultado Líquido do Período	20	324.586,21	388.330,80	0,00	0,00
Total do Capital Próprio:		4.248.395,02	3.923.808,81	-321.000,00	3.856.478,01
<u>Passivo:</u>					
<u>Passivo Não Corrente:</u>					
Provisões	18	35.075,47	16.698,65		16.698,65
Financiamento s Obtidos	18	3.206.808,87	4.472.135,47		4.472.135,47
Total Passivo Não Corrente:		3.241.884,34	4.488.834,12	0,00	4.488.834,12
<u>Passivo Corrente:</u>					
Fornecedores	18	2.850.545,40	2.950.959,98		2.950.959,98
Estado e Outros Entes Públicos	20	130.364,86	185.995,09		185.995,09
Financiamento s Obtidos	18	3.227.481,30	2.300.816,94		2.300.816,94
Outras Dívidas a Pagar	18	525.869,49	577.269,25		577.269,25
Diferimentos	20	5.096,42	1.637,72		1.637,72
Total Passivo Corrente:		6.739.357,47	6.016.678,98	0,00	6.016.678,98
Total do Passivo		9.981.241,81	10.505.513,10	0,00	10.505.513,10
Total do Capital Próprio e do Passivo		14.229.636,83	14.429.321,91	-321.000,00	14.361.991,11

ANTÓNIO SARAIVA & FILHOS, LDA

Demonstração de Resultados

31 de dezembro de 2021

Pág. 1

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2021	31/12/2020
Vendas e serviços prestados	13	19 376 473,10	16 452 318,98
Subsídios à exploração	14	8 439,61	2 149,70
Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	11	3 499,89	0,00
Variação nos inventários da produção	11	-75 990,45	67 692,94
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	-3 540 313,89	-3 099 905,54
Fornecimentos e serviços externos	20	-11 680 885,71	-9 779 226,09
Gastos com o pessoal	19	-3 069 724,45	-2 589 164,88
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	-72 891,54	-204 034,51
Provisões (aumentos/reduções)	18	-19 104,54	-727,72
Aumentos/reduções de justo valor	18	41,34	-185,94
Outros rendimentos	20	186 855,11	177 428,67
Outros gastos	20	-111 498,35	-144 926,78
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos:		1 004 900,12	881 418,83
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-425 023,01	-370 359,68
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos):		579 877,11	511 059,15
Juros e rendimentos similares obtidos	18	122,52	4 097,29
Juros e gastos similares suportados	18	-232 289,21	-225 511,09
Resultado antes de imposto:		347 710,42	289 645,35
Imposto sobre o rendimento do período	17	-23 124,21	98 685,45
Resultado líquido do período:		324 586,21	388 330,80

ANTÓNIO SARAIVA & FILHOS, LDA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
31 de dezembro de 2021

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		31/12/2021	31/12/2020
<u>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais - Método Directo</u>			
+	20	20 537 195,68	17 521 329,52
-	20	15 511 598,17	15 346 172,20
-	20	2 650 884,04	2 250 022,47
		Caixa gerada pelas operações:	2 374 713,47
			-74 865,15
- / +	20	-76 361,86	-26 045,32
+ / -	20	-228 812,50	-160 306,28
		Fluxos de caixa das Actividades Operacionais (1):	2 069 539,11
			-261 216,75
<u>Fluxos de Caixa das Actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
-	20	373 504,22	690 550,60
-	20	37 332,25	24 916,38
-	20	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
+	20	12 909,74	81 202,96
+	20	1 158,74	1 495,14
+	20	8 364,46	28 084,58
+	20	0,00	0,00
+	20	1,31	0,00
		Fluxos de Caixa das Actividades de investimento (2):	-388 402,22
			-604 684,30
<u>Fluxos de Caixa das Actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
+	20	2 308 005,45	6 999 686,72
+	20	1 042,33	6 177,15
Pagamentos respeitantes a:			
-	20	3 236 574,39	4 061 722,80
-	20	263 516,17	115 730,36
-	20	116 984,33	114 830,02
-	20	118 590,52	177 347,56
		Fluxos de Caixa das Actividades de financiamento (3):	-1 426 617,63
			2 536 233,13
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		254 519,26	1 670 332,08
Efeitos das diferenças de câmbio		27 314,38	-12 087,74
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 357 002,55	698 758,21
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 638 836,19	2 357 002,55
Variação de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		254 519,26	1 670 332,08

ANTÔNIO SARAIVA & FILHOS, LDA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N-1
 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2020 (valores expressos - nota 5)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa									Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transfidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1	615.000,00	154.256,39	431.192,45	2.170.114,19	0,00	0,00	0,00	164.314,98	3.535.478,01	0,00	3.535.478,01
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstração financeira												
Realização do excedente de revalorização de activos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	20			76.719,80	88.195,18				(16.431,98)	0,00		0,00
	2	0,00	0,00	76.719,80	88.195,18	0,00	0,00	0,00	(16.431,98)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								388.330,80	388.330,80		388.330,80
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3								223.415,82	388.330,80		388.330,80
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital												
Realizações de prémios de emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	6=1+2+3+5	615.000,00	154.256,39	507.912,25	2.258.309,37	0,00	0,00	0,00	388.330,80	3.923.808,81		3.923.808,81

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N
 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2021

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa									Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transfidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	1	615.000,00	154.256,39	507.912,25	2.258.309,37	0,00	0,00	0,00	388.330,80	3.923.808,81	0,00	3.923.808,81
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstração financeira												
Realização do excedente de revalorização de activos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	20			(216.357,66)	624.688,46				(38.330,80)	0,00		(0,00)
	2	0,00	0,00	(216.357,66)	624.688,46	0,00	0,00	0,00	(38.330,80)	0,00	0,00	(0,00)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								324.586,21	324.586,21		324.586,21
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3								(63.744,59)	324.586,21		324.586,21
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital												
Realizações de prémios de emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6=1+2+3+5	615.000,00	154.256,39	271.554,59	2.882.997,83	0,00	0,00	0,00	324.586,21	4.248.395,02		4.248.395,02

Certificação Legal de Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ANTÓNIO SARAIVA & FILHOS, LDA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31/12/2021 (que evidencia um total de 14.229.636,83 EUR e um total de capital próprio de 4.248.395,02 EUR, incluindo um resultado líquido de 324.586,21 EUR), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ANTÓNIO SARAIVA & FILHOS, LDA** em 31/12/2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA
CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIPC: 503 253 316 | CMMN: 20151443 | SROC: 125

SÉDE

Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrião, n.º 10 – 6.º G.
1600 - 001 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | laboe@sroc125.pt

DELEGAÇÃO

Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2.º Esc. B
6300 - 758 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA
CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIPC: 503.203.314 | CVMM: 20/04/01 | IOROC: 125

SEDE

Edifício Atlântis II, Rua Abranches Faria, n.º 10 – 4.º G
1600 – 001 Lisboa – Portugal
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | info@brmc125.pt

DELEGAÇÃO

Rua Sento Veigas, n.º 21 – 2.º Esc. B
6300 – 798 Guarda – Portugal
Tel.: +351 271 223 994 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@brmc125.pt



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Guarda, 11 de abril de 2022

Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda.

Registada na CMVM sob o n.º 20161443

Representada por Fernando José Pêga Magro, ROC n.º 819

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA

CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIPC: 503 253 316 | CMVM: 20161443 | ROC: 125

SEDE

Edifício Atlantis II, Rua Albraches Ferrão, n.º 10 - 6.º G
1600 - 001 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lisboa@sroc125.pt

DELEGAÇÃO

Rua Soeiro Torga, n.º 21 - 2.º Esq. B
6300 - 730 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt

3



Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício de 01 janeiro a 31 dezembro 2021

1. Identificação da entidade e período de relato

1.1. Designação da entidade

A António Saraiva & Filhos, Lda é uma sociedade comercial constituída em 7 de novembro de 1968.

1.2. Sede

Tem a sua sede na Pedreira do Piornal, EN16, 6300-035 Arrifana, tem o número de pessoa coletiva e de matrícula no Registo Nacional de Pessoas Coletivas com o número 500 563 993.

1.3. Natureza da atividade

A António Saraiva & Filhos, Lda dedica-se à atividade de obras públicas, tendo como acessória a atividade de exploração de pedreira.

a) Período abrangido pelas demonstrações financeiras;

O período abrangido pelas demonstrações financeiras é de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- i) Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que procedeu à alteração do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto;
- ii) Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, que revoga a Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas);
- iii) Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que revoga a Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- iv) Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, que revoga o Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Concetual);
- v) Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, que revoga o Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- vi) Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho, que revoga o Aviso n.º 15653, de 7 de setembro (Normas Interpretativas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o SNC, antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou a situações omissas são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e as Normas

Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, nos pressupostos da continuidade de operações da Empresa e do regime do acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos Na Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentados em conformidade com o modelo resultante dos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

Ativos Fixos Tangíveis (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das respetivas depreciações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis em curso encontram-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios económicos irão fluir para a Empresa e o custo puder ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Edifícios e outras construções	8 a 50 anos
Equipamento básico	3 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 6 anos
Equipamento administrativo	3 a 8 anos
Outros ativos tangíveis	8 a 20 anos

As mais ou menos valias provenientes do abate ou alienação dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre os preços de venda e a quantia líquida escriturada do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados.

Locações (NCRF 9)

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação em que a Empresa age como locatário são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se tal não acontecer.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam, numa base linear, durante o período de vigência do contrato.

Custos de Empréstimos Obtidos (NCRF 10)

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desse ativo, até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas e quando seja provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa e tais custos possam ser fiavelmente mensurados.

Propriedades de Investimento (NCRF 11)

São qualificados em propriedades de investimento os terrenos ou edifícios (ou parte deles) detidos com o objetivo de obter rendas ou para valorização do capital investido, ou para ambos os fins, e não para venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo de aquisição, adicionado dos custos diretamente atribuíveis, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Nos casos de propriedades de investimento de construção própria, são mensuradas pelo custo à data em que a construção fique concluída.

As depreciações são calculadas sistematicamente pelo método da linha reta, de uma forma consistente, durante os anos de vida útil estimados.

As transferências para, ou de, propriedades de investimento ocorrem quando se verificar uma alteração na utilização dos ativos.

Os gastos incorridos (manutenção, reparação, seguros, impostos e outros), a par dos rendimentos obtidos (rendas), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem.

Imparidade de Ativos (NCRF 12)

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram e é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica suprarreferida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Inventários (NCRF 18)

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior.

Os produtos acabados e intermédios, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

Contratos de Construção (NCRF 19)

Um contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo.

Os custos do contrato compreendem: i) os custos que se relacionam diretamente com o contrato específico; ii) os custos atribuíveis à atividade do contrato em geral e possam ser imputados ao contrato; e iii) outros custos que sejam especificamente debitáveis ao cliente nos termos do contrato.

No reconhecimento do rédito e dos gastos do contrato, é utilizado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, o rédito contratual é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento, resultando no relato de rédito, gastos e lucros que possam ser atribuíveis à proporção de trabalho concluído. Este método proporciona informação útil sobre a extensão de atividade e desempenho do contrato durante um período.

O rédito do contrato é reconhecido na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho é executado.

A fase de acabamento de um contrato é determinada pela proporção dos custos incorridos no trabalho executado até à data, para os custos estimados totais do contrato.

O método da percentagem de acabamento é aplicado numa base acumulada em cada período contabilístico às estimativas correntes de rédito do contrato e custos do contrato.

Rédito (NCRF 20)

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, *royalties* e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando i) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão nem o controlo efetivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa, e v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente dos serviços prestados apenas é reconhecido quando i) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, ii) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa, iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada, e iv) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Quanto aos *royalties*, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganhos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

O rédito é reconhecido líquido de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Subsídios do Governo (NCRF 22)

Os subsídios do Governo, só são reconhecidos após haver segurança de que: i) a Empresa cumprirá as condições a ele associadas e ii) os subsídios serão recebidos.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos no próprio período na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e subsequentemente imputados numa base sistemática

como rendimentos durante os períodos necessários para o balanceamento com os gastos relacionados que se pretende que compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados na rubrica “Financiamentos obtidos”.

Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio (NCRF 23)

As transações em moeda estrangeira são registadas, no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional, pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transação.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Acontecimentos Após a Data do Balanço (NCRF 24)

Acontecimentos após a data do balanço, favoráveis ou desfavoráveis, são os que ocorrem entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão (data em que são disponibilizadas para conhecimento de terceiros).

Os acontecimentos que proporcionem prova de condições que existiam à data do balanço dão lugar ao reconhecimento de ajustamentos, os que surgirem após a data do balanço não dão origem a quaisquer ajustamentos, mas se forem materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Imposto Sobre o Rendimento (NCRF 25)

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos, pelo que as declarações respetivas poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo exatável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto se esse passivo por impostos diferidos resultar das situações referidas no parágrafo 15 da NCRF 25.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Instrumentos Financeiros (NCRF 27)

i) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas ao custo ou ao custo amortizado (utilizando o método do juro efetivo) e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e de outras dívidas de terceiros por forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido, eventualmente, do valor do IVA a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Os serviços prestados são realizados em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

ii) Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo), deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

iii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo ou ao custo amortizado (usando o método do juro efetivo). O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

v) Letras descontadas e contas a receber cedidas em "factoring"

A Empresa desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando são transferidos, substancialmente, todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se a empresa reter substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras esses ativos, registando no passivo, na rubrica "*Financiamentos obtidos*", a contrapartida monetária dos ativos cedidos.

Em conformidade, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em factoring, à data do balanço, com exceção das operações de factoring sem recurso, são reconhecidas nas demonstrações financeiras da empresa, no passivo, na rubrica "*Financiamentos obtidos*".

vi) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a doze meses, são reconhecidos no ativo corrente, caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Benefícios dos Empregados (NCRF 28)

A Empresa reconhece: i) um passivo quando os empregados tenham prestado serviços em troca de benefícios de empregados a serem pagos no futuro e ii) um gasto quando consumir o benefício económico proveniente dos serviços prestados pelos empregados.

Os benefícios dos empregados englobam: benefícios de curto prazo tais como salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas, contribuições para a segurança social, ausências permitidas de curto prazo, participação nos lucros, gratificações e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, transporte e outros bens gratuitos) referentes aos empregados correntes. Podem também incluir benefícios pós-emprego, outros benefícios a longo prazo, benefícios de cessação de emprego e benefícios de remuneração em capital próprio.

As participações nos lucros e as gratificações são pagáveis dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestaram o respetivo serviço. A Empresa faz uma estimativa fiável da sua obrigação legal ou construtiva segundo um plano de participação nos lucros ou de gratificações nos termos do parágrafo 21 da NCRF 28.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes.

a) Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. As atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis e intangíveis. As atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos relativos a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

3.3. Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as NCRF, a empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões.

Apesar de as estimativas serem determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, poderão sempre ocorrer situações, em períodos subsequentes, que não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.5. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Caixa e Depósitos Bancários	31-12-2021	31-12-2020
Caixa:		
Numerário – Euro	640,72	1.383,88
Cheques transição - Euro	0,00	7.144,86
Depósitos bancários:		
Depósito à ordem – Euro	1.813.549,26	1.817.973,81
Depósito a prazo – Euro	824.646,21	530.500,00
Depósitos de retenção	133.187,37	96.051,25
Depósitos de garantia	17.386,16	17.196,03
Total	2.789.409,72	2.470.249,83

De acordo com os § 3 e 4 da NCRF 2, o caixa e seus equivalentes compreende o dinheiro em caixa, em depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses.

Assim, o total de caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro 2021 ascende a 2.638.836,19 euros, representando um aumento de 281.833,64 euros.

Caixa e seus equivalentes	31-12-2021	31-12-2020
Caixa:		
Numerário – Euro	640,72	1.383,88
Cheques transição - Euro	0,00	7.144,86
Depósitos bancários:		
Depósito à ordem – Euro	1.813.549,26	1.817.973,81
Depósito a prazo – Euro	824.646,21	530.500,00
Total	2.638.836,19	2.357.002,55

Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “*financiamentos obtidos*”, expressa no “*passivo corrente*”.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Foi detetado um erro material relativamente aos períodos anteriores, pelo que se procedeu à correção por reexpressão retrospectiva.

O erro decorre do incorreto registo contabilístico de transferências bancárias efetuadas para associada CODAL – Moçambique nos anos de 2016 a 2018. Estas transferências foram tratadas, por ambas as sociedades, como empréstimo concedido aquela associada da António Saraiva & Filhos, Lda. Contudo, em substância, deveria ser considerada como cobertura de prejuízos, tal como havia sido decidido para cumprimento do artigo 119.º Código Comercial Moçambicano, uma vez que, em 2015, a Codal começou a apresentar capitais próprios negativos.

Desta forma, foi apresentado o Balanço em 2021 com o comparativo reexpresso (ano 2020) e no quadro que se segue apresenta-se o impacto do erro desde 2016:

Rubricas	Exercícios					
	31-12-2021	31-12-2020	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2017	31-12-2016
ATIVO						
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	3.212.974,57	3.225.595,55	2.559.918,29	2.501.059,42	1.856.208,55	1.844.838,92
Propriedades de investimento	162.715,19	163.662,95	94.772,89	94.772,89	94.772,89	119.772,89
Participações financeiras - MEP	3.499,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos	0,00	0,00	0,00	65.717,42	65.717,42	65.717,42
Outros investimentos financeiros	1.209.812,69	418.626,06	388.044,42	405.646,75	335.526,80	131.645,48
Ajustamento - Outros investimentos financeiros	0,00	-321.000,00	-321.000,00	-321.000,00	-256.000,00	-50.000,00
Ativos por impostos diferidos	435.021,15	413.663,33	278.079,24	254.469,95	189.710,38	163.926,55
	5.024.023,49	3.900.547,89	2.999.814,84	3.000.666,43	2.285.936,04	2.275.901,26
Ativo corrente	9.205.613,34	10.528.774,02	9.619.422,06	8.771.940,33	10.457.582,23	8.873.870,65
Total do ativo	14.229.636,83	14.429.321,91	12.619.236,90	11.772.606,76	12.743.518,27	11.149.771,91
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						
Capital próprio						
Capital subscrito	615.000,00	615.000,00	615.000,00	615.000,00	615.000,00	615.000,00
Reservas legais	154.256,39	154.256,39	154.256,39	154.256,39	154.256,39	154.256,39
Outras reservas	271.554,59	507.912,25	431.192,45	394.800,42	390.095,06	390.095,06
Resultados transitados	2.882.997,83	2.579.309,37	2.491.114,19	2.378.186,23	2.556.037,24	2.702.306,62
Ajustamento - Resultados transitados	0,00	-321.000,00	-321.000,00	-256.000,00	-50.000,00	0,00
	3.923.808,81	3.535.478,01	3.370.563,03	3.286.243,04	3.665.388,69	3.861.658,07
Resultado Líquido do Período	324.586,21	388.330,80	164.914,98	215.037,41	66.270,38	-146.269,38
Ajustamento - Resultado Líquido do Período				-65.000,00	-206.000,00	-50.000,00
Total do capital próprio	4.248.395,02	3.923.808,81	3.535.478,01	3.436.280,45	3.525.659,07	3.665.388,69
Passivo						
Passivo não corrente	3.241.884,34	4.488.834,12	1.627.793,00	1.420.776,20	1.446.163,68	1.713.512,66
Passivo corrente	6.739.357,47	6.016.678,98	7.455.965,89	6.915.550,11	7.771.695,52	5.770.870,56
Total do passivo	9.981.241,81	10.505.513,10	9.083.758,89	8.336.326,31	9.217.859,20	7.484.383,22
Total do capital próprio e do passivo	14.229.636,83	14.429.321,91	12.619.236,90	11.772.606,76	12.743.518,27	11.149.771,91

Na demonstração dos resultados de 2016 a 2018 o ajustamento tem impacto em Perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (2016: -50.000 euros; 2017: -206.000 euros e 2018: -65.000 euros).

Na Demonstração das Alteração no capital próprio o ajustamento tem impacto na coluna dos Resultados Transitados.

6. Partes relacionadas

6.1. Remunerações do pessoal chave da gestão (membros de órgãos de administração, de direção e de supervisão):

a) Total de remunerações;

Remunerações da Administração	31-12-2021	31-12-2020
Benefícios de curto prazo:		
Remuneração dos órgãos sociais	82.728,65	78.095,40
Total	82.728,65	78.095,40

O valor em questão, inclui ajudas de custo e deslocação em viatura própria.

6.2. Transações entre partes relacionadas.

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas;

A António Saraiva & Filhos, Lda detém participação na empresa Codal – Engenharia a Construção, Lda. Pela estrutura acionista e pelo valor da participação estas são consideradas como associadas.

No entanto e tendo em conta a estrutura acionista da empresa, podemos afirmar que estes detêm uma posição relevante nas empresas PDM, Construção Civil, Lda e Tecnegi – Instalações Especiais, Unipessoal, Lda.

b) Transações e saldos pendentes:

i) Quantia dos saldos;

Empresa / Saldos Pendentes	Clientes	Fornecedores	Financiamentos concedidos	Outros
Associadas:				
CODAL, Lda	549 319,98	28 353,14	1 103 815,18	150 245,04
Outras empresas:				
PDM, Lda	87 010,34	0,00	0,00	0,00
Tecnegi, Lda	443,98	203 812,60	0,00	0,00
Total	636 774,30	232 165,74	1 103 815,18	150 245,04

ii) Quantia das transações;

Empresa / Transações	Vendas de Bens	Prestação de Serviços	Compra de Bens (FSE)	Diferenças cambio cliente	Diferenças cambio fornecedor	Compra de Bens (AFT)	Juros de suprimentos
Associadas:							
CODAL, Lda	0,00	0,00	745 937,45	9 736,40	0,00	0,00	0,00
Outras empresas:							
PDM, Lda	660,92	193 909,50	44 163,35	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnegi, Lda	1 040,02	16 609,27	382 145,16	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 700,94	210 518,77	1 172 245,96	9 736,40	0,00	0,00	0,00

7. Ativos fixos tangíveis

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

A mensuração dos ativos fixos tangíveis foi efetuada ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados;

O método de depreciação usado foi o das quotas constantes, por duodécimos.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

A vida útil dos bens e as taxas de depreciação são definidas e aplicadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o previsto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração à sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

Descrição	Terrenos e recursos	Edifícios e outras	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos em curso
Quantia escriturada bruta:							
Saldo inicial (01/01/2021)	403.858,74	648.811,22	6.847.021,93	2.294.252,09	248.985,04	11.999,85	0,00
Adições	0,00	0,00	226.200,43	206.299,73	10.041,65	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	6.600,00	44.769,01	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores brutos totais	403.858,74	648.811,22	7.066.622,36	2.455.782,81	259.026,69	11.999,85	0,00
Depreciações acumuladas:							
Saldo inicial (01/01/2021)	0,00	301.646,51	5.146.486,90	1.528.907,95	242.900,51	9.391,45	0,00
Adições	0,00	12.296,04	276.304,70	131.734,20	3.535,20	205,11	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	20.281,47	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas totais	0,00	313.942,55	5.422.791,60	1.640.360,68	246.435,71	9.596,56	0,00
Total líquido	403.858,74	334.868,67	1.643.830,76	815.422,13	12.590,98	2.403,29	0,00

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

As adições de ativos fixos tangíveis estão divididas por adquiridas em estado novo no valor de 350.637,81 euros e 91.904,00 euros em estado usado. Todas as aquisições foram efetuadas no território Nacional.

f) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos.

Foram adquiridos 73.457,00 euros de equipamento básico e 141.475,38 euros de equipamento de transporte com recurso ao leasing. Todos estes equipamentos têm reserva de propriedade para com as instituições financeiras onde foram efetuados os respetivos contratos.

7.2. Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.

À data de 31 de dezembro de 2021 não existem compromissos contratuais materialmente relevantes para aquisição de ativos fixos tangíveis.

8. Locações

8.1. - Locações financeiras - locatários:

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo;

Descrição	Valor de aquisição	Depreciações do exercício	Depreciações acumuladas	Valor líquido em 31/12/2021
Maquinaria	805 507,00	81 689,14	361 729,44	443 777,56
Viaturas	845 034,74	98 579,59	295 392,20	549 642,54
Total	1 650 541,74	180 268,73	657 121,64	993 420,10

Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de balanço e o seu valor presente:

Descrição	Valor em dívida em 31/12/2021	Pagamentos mínimos até 1 ano	Pagamentos mínimos > 1 ano < 5 anos	Pagamentos mínimos a > 5 anos
Maquinaria	214 444,09	103 014,98	111 429,11	0,00
Viaturas	330 526,52	146 283,79	184 242,73	0,00
Total	544 970,61	249 298,77	295 671,84	0,00

Estima-se que as diferenças entre o total dos futuros pagamentos mínimos das locações financeiras no final do período e os seus valores presentes não sejam consideráveis, atendendo à taxa efetiva praticadas nestes financiamentos.

Em 31 de Dezembro de 2021, as responsabilidades refletidas no balanço da empresa relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Passivo corrente (ano 2022): 249.298,77 euros

Passivo não corrente (ano 2023 e seguintes): 295.671,84 euros

9. Propriedades de investimento

9.1. - Modelo aplicado (justo valor ou custo).

O modelo aplicado para as propriedades de investimento é o de custo de aquisição.

9.2. - Caso a entidade aplique o modelo do custo:

Os dados que a empresa dispõe a esta data não evidencia uma diferença significativa entre o valor registado e o justo valor das propriedades de investimento.

9.3. Métodos de depreciação usados;

O método de depreciação usado foi o das quotas constantes, por duodécimos.

9.4. Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

Os valores em propriedades de investimento a 31 de dezembro 2021 são os seguintes:

Descrição	Terrenos	Edifícios e outras construções	Adiantamento p/ conta investimentos	Total
Quantia escriturada bruta:				
Saldo inicial (01/01/2021)	112 054,64	51 845,25	76 087,76	239 987,65
Adições	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	76 087,76	76 087,76
Valores brutos totais	112 054,64	51 845,25	0,00	163 899,89
Depreciações acumuladas:				
Saldo inicial (01/01/2021)	0,00	236,94	0,00	0,00
Adições	0,00	947,76	0,00	947,76
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas totais	0,00	1 184,70	0,00	1 184,70
Perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo inicial (01/01/2021)	0,00	0,00	76 087,76	76 087,76
Adições	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	76 087,76	76 087,76
Perdas imparidade acumuladas totais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total líquido	112 054,64	50 660,55	0,00	162 715,19

10. Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas

10.1. - Para os investimentos em associadas:

A António Saraiva & Filhos, Lda participa na Codal – Engenharia e Construção, Lda, empresa de direito Moçambicano, com sede na Av. Mártires da Machava, Nº 500 em Maputo.

A António Saraiva & Filhos, Lda aplica o método da equivalência patrimonial relativamente à participação na Codal.

A empresa Codal, Lda encerrou o seu período contabilístico a 31 de dezembro 2021.

Descrição	% interesse	Ativo	Capitais próprios	Resultados
Associada:				
CODAL - Engenharia e Construção, Lda	66%	2 434 468,57	5 302,86	75 267,96
Total		2 434 468,57	5 302,86	75 267,96

11. Inventários

11.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos gerais de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

11.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

A desagregação dos inventários é a seguinte:

Inventários	31/12/2021	31/12/2020
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	47 978,15	52 417,42
Produtos acabados e intermédios	915 923,00	991 913,45
Total	963 901,15	1 044 330,87

No final do ano procedeu-se à contagem física das matérias-primas e ao apuramento do volume dos produtos acabados. Este volume foi convertido em toneladas utilizando os pesos específicos de conversão dos materiais.

11.3. Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período.

A desagregação dos gastos no período é a seguinte:

Gastos no período	31/12/2021	31/12/2020
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(3 540 313,89)	(3 099 905,54)
Varição nos inventários da produção	(75 990,45)	67 692,94

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo.

Os produtos acabados e os trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

12. Contratos de construção

12.1. Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período.

O rédito de cada contrato de construção compreende a quantia inicial de rédito acordada bem como variações no trabalho, reclamações e pagamentos de incentivos até ao ponto que seja provável que resultem em réditos e estejam em condições de serem fiavelmente mensurados. A 31 de dezembro de 2021, o valor dos réditos reconhecidos no período eram como se segue:

2021	Rédito total previsto	Rédito anos anteriores	Rédito do período
Total	48 643 308,95	15 224 325,87	15 615 686,59

12.2. Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período.

O reconhecimento do rédito do período é efetuado de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento. O rédito do contrato é reconhecido como rédito na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado.

12.3. Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso.

O método usado para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso é o método de percentagem do acabamento. De acordo com este método, o rédito contratual é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento, resultando

no relato de crédito, gastos e lucros que possam ser atribuíveis à proporção de trabalho concluído.

De forma a determinar a fase de acabamento de um contrato, é utilizado o método que mensure com maior fiabilidade o trabalho executado. O método utilizado para determinar a fase de acabamento tem em conta a proporção em que os custos do contrato incorrido no trabalho executado até à data estejam para os custos estimados totais do contrato;

12.4. Para os contratos em curso à data do balanço:

À data de 31 dezembro 2021, estavam em curso os seguintes contratos:

Obra / Contrato	Rédito total previsto	Custos incorridos acumulados	a acrescer	a diminuir	Réditos acumulados	Média % Acabamento
TOTAL	48 643 308,95	25 330 383,04	2 385 391,89	-8 454,77	30 840 012,46	66%

13. – Rédito

13.1. - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do crédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

A empresa reconhece os créditos de acordo com os seguintes critérios:

a) **Vendas** – são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos créditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;

b) **Prestação de serviços** – são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;

c) **Juros** – são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

d) **Royalties** – são reconhecidos segundo o regime de acréscimo, de acordo com a substância do acordo relevante;

e) **Dividendos** – são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o pagamento.

13.2. - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Venda de bens	571 130,94	303 712,75
Prestações de serviços	18 805 342,16	16 148 606,23
Total	19 376 473,10	16 452 318,98

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Venda de bens:		
Mercado interno	564 587,46	303 712,75
Mercado comunitário	6 543,48	0,00
Outros mercado	0,00	0,00
Prestações de serviços:		
Mercado interno	17 721 130,72	15 422 224,18
Mercado comunitário	0,00	67,00
Outros mercado	1 084 211,44	726 315,05
Total	19 376 473,10	16 452 318,98

14. Subsídios e outros apoios das entidades públicas**14.1. Política contabilística adotada para os subsídios das entidades públicas.**

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com estágios profissionais foram contabilizados como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas / contratos são realizados e os respetivos custos incorridos, independentemente da data do seu recebimento.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

14.2. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio das entidades públicas de que diretamente se beneficiou.

A empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

Descrição	Natureza	31-12-2021			31-12-2020		
		Capitais próprios	Passivo	Demonstração resultados	Capitais próprios	Passivo	Demonstração resultados
Estágios Profissionais / Estimulo	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.618,70
Projeto Adaptar	Não reembolsável	0,00	0,00	1.125,00	0,00	0,00	531,00
Programa Ativar	Não reembolsável	0,00	0,00	3.554,36	0,00	0,00	0,00
Compensação aumento RMG	Não reembolsável	0,00	0,00	3.760,25	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	0,00	8.439,61	0,00	0,00	2.149,70

14.3. - As evidências que permitam concluir que a entidade cumpriu ou irá cumprir as condições associadas à atribuição do subsídio e que este será recebido e as condições ainda não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio das entidades públicas que foram reconhecidas.

O valor dos subsídios diz respeito ao Projeto Adaptar no valor de 1.125 euros, ao Programa Ativar no montante de 3.554,36 euros e à Compensação por aumento da Remuneração Mínima Garantida no valor de 3.760,25 euros.

15. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

15.1. - Quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados (com exceção das resultantes de instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados).

As transações em moeda estrangeira são registadas, no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional, pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transação.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

As cotações utilizadas para conversão em Euros foram as seguintes:

Moeda	Cotação 31/12/2021
Metical (Moçambique)	71,58
Dolares (USD)	1,13260

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, a empresa reconheceu as seguintes diferenças de câmbio:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Diferenças de câmbio favoráveis:		
Outros rendimentos e ganhos – operacionais	51 762,50	2 302,46
Outros rendimentos e ganhos – de investimento	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis:		
Outros gastos e perdas – operacionais	9 631,21	29 902,57
Outros gastos e perdas – de investimento	0,00	5 752,91
Total	42 131,29	-33 353,02

16. - Acontecimentos após a data do balanço

16.1. - Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência e autorizadas para emissão em 31 de março 2022. Após esta data ninguém dispõem de autorização para efetuar alterações sobre as mesmas.

16.2. - Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço: Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

17. Impostos sobre o rendimento

17.1. Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos:

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos, pelo que as declarações respetivas poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expeável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto se esse passivo por impostos diferidos resultar das situações referidas no parágrafo 15 da NCRF 25.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

17.1.1. Gasto (rendimento) por impostos correntes;

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos correntes	44 482,03	36 898,64
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de anos anteriores	0	0
Impostos diferidos:		
Origem	0	0
Reversão de diferenças temporárias	38 148,12	30 747,48
Alteração nas taxas de tributação	0	0
Lançamento de novos impostos	-59 505,94	-166 331,57
Imposto sobre o rendimento do período	23 124,21	-98 685,45

17.1.2. Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias;

O detalhe do valor de 2021 referente à “Reversão de diferenças temporárias” tem o seguinte detalhe: o montante de 37.358,15 euros diz respeito à utilização do benefício fiscal (RFAI) de 2015, o valor de 19,99 euros diz respeito a utilização do RFAI do ano de 2016 e o valor de 769,98 euros refere-se a impostos diferidos pela utilização do Método de Equivalência Patrimonial relativamente à participação na Codal, Lda.

O valor de 59.505,94 euros, de lançamento de novos impostos, diz respeito a novos impostos diferidos por crédito de imposto não utilizado no âmbito do RFAI.

17.1.3. Quantia de benefícios provenientes de um prejuízo fiscal não reconhecido anteriormente, de crédito por impostos ou de diferença temporária de um período anterior usada para reduzir gasto de impostos correntes;

Relativamente a prejuízos fiscais, não existiu em 2021 nenhuma utilização de prejuízos fiscais uma vez que o montante já se encontra totalmente utilizado em anos anteriores.

17.2. Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):

a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis) e indicação da base pela qual a taxa(s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada(s)

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Resultados antes de impostos	347 710,42	289 645,35
Diferenças permanentes	18 390,93	13 306,86
Resultado após diferenças permanentes (lucro tributável)	366 101,35	302 952,21
Taxa de imposto *	21% / 12,5%	21% / 12,5%
Imposto do exercício	74 756,29	61 494,96
Tributações autónomas	22 131,94	18 495,38
RFAI / SFEI / DLRR	-56 067,21	-46 121,22
Derrama	3 661,01	3 029,52
Imposto diferido de diferenças temporárias	-21 357,82	-135 584,09
Total do imposto do período	23 124,21	-98 685,45
Taxa efetiva de imposto	6,65%	-34,07%

A taxa efetiva de imposto resulta do gasto/rendimento de impostos dividido pelo lucro contabilístico.

A taxa a aplicar aos primeiros 25.000 euros é de 12,5%, sendo ao restante valor aplicável a taxa de 21%.

De acordo com a legislação em vigor a entidade utiliza uma taxa de impostos diferidos de 22% (21% de taxa de IRC + 1,0% de taxa de Derrama).

17.3. Explicação de alterações na taxa(s) de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior.

A taxa efetiva de imposto, ao contrário de 2020, revela-se positiva, uma vez que o valor da estimativa de imposto é superior ao valor dos impostos diferidos.

17.4. - Quantia (e a data de extinção, se houver) de diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais não usados, e créditos por impostos não usados relativamente aos quais nenhum ativo por impostos diferidos foi reconhecido no balanço.

A empresa em 2018 utilizou 72.166,85 euros de prejuízos fiscais do ano de 2016. Foram utilizados todos os valores de reporte de prejuízos disponíveis.

17.5. - Por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de prejuízos por impostos não usados e créditos por impostos não usados:

a) Quantia de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos, no período de 2021, foram como se segue:

Descrição	31/12/2021	Variação	31/12/2020
Ativos por impostos diferidos:			
Perdas esperadas em contratos de construção		0,00	
Prejuízos fiscais	0,00	0,00	0,00
RFAI (parte do benefício para anos seguintes)	403 677,49	22 127,79	381 549,70
Metodo Equivalencia Patrimonial	31 343,66	-769,97	32 113,63
Total	435 021,15	21 357,82	413 663,33
Passivos por impostos diferidos:			
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Metodo Equivalencia Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

b) Quantia de rendimentos ou gastos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração dos resultados (se tal não for evidente das alterações das quantias reconhecidas no balanço).

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro 2021 pode ser detalhado como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Imposto estimado para o período	74 756,29	61 494,96
RFAI / DLRR	(56 067,21)	(46 121,22)
Tributações autónomas	22 131,94	18 495,38
Derrama	3 661,01	3 029,52
Imposto diferido	(21 357,82)	(135 584,09)
Total do imposto sobre o rendimento do período	23 124,21	(98 685,45)

18. Instrumentos financeiros Políticas contabilísticas

18.1. Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros

É política da empresa reconhecer um ativo financeiro, um passivo financeiro, ou um instrumento de capital próprio, apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A empresa mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, em que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a empresa não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

18.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

a) Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados;

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativos detidos para negociação	329,14	287,80
Total	329,14	287,80

Os ativos financeiros detidos para negociação dizem respeito a 2336 ações do Millennium BCP, à cotação de 31 de dezembro de 2021 de 0,1409 euros cada, registadas ao justo valor. No exercício de 2021 foram registados ganhos de justo valor de 41,34 euros.

b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade;

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Não correntes:		
Participações financeiras	3 499,89	0,00
Outros ativos financeiros	1 209 812,69	97 626,06
Total	1 213 312,58	97 626,06
Correntes:		
Clientes c/c	2 359 340,57	3 505 020,52
Clientes títulos a receber	0,00	0,00
Clientes factoring	0,00	0,00
Retenções de clientes	403 340,50	319 348,88
Outros créditos a receber	2 552 914,19	2 925 815,01
Total	5 315 595,26	6 750 184,41
Total Geral	6 528 907,84	6 847 810,47

A variação mais significativa registada nos ativos não correntes diz respeito à transferência de valores em dívida do cliente Codal, Lda no valor de 1.103.815,10 euros para empréstimos concedidos a associadas, uma vez que só é expectável a recuperação deste valor a médio e longo prazo.

Foi também reconhecido o valor de 3.499,89 euros referente à participação na Codal, Lda, pela utilização do Método de Equivalência Patrimonial.

A variação negativa da conta de outros créditos a receber no montante de 372.900,82 euros, resultam essencialmente da aplicação do método da percentagem de acabamento, nas obras em curso.

O detalhe de Outros Ativos Financeiros é o seguinte:

Descrição	Empréstimos à Associada	Inv. Associadas (outros metodos)	FCT	Outros Invest.	Total
Quantia escriturada bruta:					
Saldo inicial (01/01/2021)	0,00	65.717,42	19.086,06	78.540,00	163.343,48
Adições	1.103.815,18	0,00	9.530,19	0,00	1.113.345,37
Abates	0,00	65.717,42	1.158,74	0,00	66.876,16
Valores brutos totais	1.103.815,18	0,00	27.457,51	78.540,00	1.209.812,69
Perdas por imparidade					
Constituição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas imparidade acumuladas totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total líquido	1.103.815,18	0,00	27.457,51	78.540,00	1.209.812,69

c) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Não correntes:		
Provisões	35 075,47	16 698,65
Financiamentos obtidos	3 206 808,87	4 472 135,47
Total	3 241 884,34	4 488 834,12
Correntes:		
Fornecedores	2 691 859,02	2 732 887,49
Adiantamento de clientes	0,00	0,00
Retenções a fornecedores	158 686,38	218 072,49
Financiamentos obtidos	3 227 481,30	2 300 816,94
Outras dívidas a pagar	525 869,49	577 269,25
Total	6 603 896,19	5 829 046,17
Total	9 845 780,53	10 317 880,29

A totalidade dos passivos financeiros apresenta uma diminuição global de 472.099,76 euros. Os passivos correntes apresentam um aumento de 774.850,02 euros, enquanto os passivos não correntes apresentam uma diminuição de 1.246.949,78 euros.

A maior diminuição verifica-se na rubrica de financiamentos obtidos não correntes, com uma diminuição significativa de 1.265.236,60 euros. A rubrica provisões apresenta um aumento de 18.376,82 euros refletindo a constituição de provisão para matérias ambientais no valor de 19.104,54 euros. A rubrica de

financiamentos obtidos correntes apresenta um aumento de 926.664,36 euros. A rubrica de fornecedores teve uma diminuição relativamente ao ano anterior no montante de 41.028,47 euros.

A rubrica outras dividas a pagar inclui o valor de 136.864,53 euros de remuneração a pagar ao pessoal, liquidadas em janeiro 2022. A mesma rubrica inclui ainda o valor de 337.455,46 euros de remunerações a liquidar (férias e subsídio de férias a gozar durante o ano 2022) e gratificações ao pessoal no montante de 20.000,00 euros a pagar durante o ano de 2022.

d) A totalidade das obrigações com financiamentos obtidos classifica-se como se segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos bancários	4 338 998,86	5 267 567,80
Locações financeiras	544 970,61	588 758,47
Contas correntes caucionadas	0,00	0,00
Letras e livranças	0,00	0,00
Contas de confirming	1 550 320,70	916 626,14
Contas de factoring	0,00	0,00
Incentivos reembolsáveis	0,00	0,00
Outros empréstimos	0,00	0,00
Total	6 434 290,17	6 772 952,41

Globalmente, o valor dos financiamentos registou uma diminuição de 338.662,24 euros. À exceção dos confirmings, todas as demais rubricas sofreram uma diminuição.

A repartição temporal dos financiamentos é a seguinte:

Segregação Temporal	31-12-2021		31-12-2020	
	Corrente	N/ Corrente	Corrente	N/ Corrente
Empréstimos bancários	1.427.861,83	2.911.137,03	1.168.755,34	4.098.812,46
Locações financeiras	249.298,77	295.671,84	215.435,46	373.323,01
Contas correntes caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Letras e livranças	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas de confirming	1.550.320,70	0,00	916.626,14	0,00
Contas de factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de financiamentos obtidos	3.227.481,30	3.206.808,87	2.300.816,94	4.472.135,47

e) Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente:

Descrição	Custo	Imparidade acumulado
Créditos sobre clientes	83 032,62	1 282 360,13
Total	83 032,62	1 282 360,13

As imparidades consideradas a 31 de dezembro de 2021 devem-se a evidências objetivas de dificuldades financeiras dos respetivos devedores, a quebras contratuais, como sejam o incumprimento no pagamento, e empresas com processos de insolvência.

As imparidades acumuladas sobre créditos de clientes no global sofreram um aumento de 72.891,54 euros, comparativamente a dezembro 2020.

f) Ativos financeiros dados em garantia ou penhor, como colateral de passivos ou passivos contingentes

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Depósito de retenção	133 187,37	96 051,25
Depósito de garantia	17 386,16	17 196,03
Total	150 573,53	113 247,28

Os depósitos acima referidos destinam-se a garantir a boa execução de obras. Em 2021 registou-se um aumento no valor de 37.326,25 euros, comparativamente com o ano anterior.

g) Ganhos e perdas líquidas reconhecidas de ativos e passivos financeiros

Descrição	Ganhos Líquidos	Perdas Líquidas
Ativos financeiros mensurados ao justo valor	41,34	0,00
Total	41,34	0,00

Os ganhos apresentados dizem respeito a ações do MillenniumBCP detidas pela empresa, para negociação.

h) Total de rendimento de juros e total de gasto de juros (calculado utilizando o método da taxa de juro efetiva) para ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através de resultados.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos de juros para ativos financeiros:		
Juros obtidos	121,01	4 097,29
Outros rendimentos	1,51	0,00
Total	122,52	4 097,29
Gastos de juros para passivos financeiros:		
Juros suportados	118 894,98	119 540,11
Outros gastos de financiamento	113 394,23	105 970,98
Total	232 289,21	225 511,09

Verificou-se uma diminuição do valor obtido em descontos pela utilização dos confirmings, 4.059,58 euros em 2020 para o montante de 71,50 euros em 2021.

No lado dos gastos, assistiu-se a um aumento, no total de 6.778,12 euros. Este aumento deveu-se essencialmente ao aumento do custo com obtenção de garantias de boa execução de obra. Tendo em conta o aumento do valor das obras adjudicadas, bem como do volume de faturação, este aumento é perfeitamente normal, uma vez que todas as obras públicas necessitam de garantias de pelo menos 5% do valor contratado.

i) Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O capital social da empresa é 615.000 euros, encontra-se integralmente realizado.

19. Benefícios dos empregados

19.1. Número médio de empregados durante o período, ventilado por categorias, e os gastos de pessoal relativos ao período, repartidos entre salários e vencimentos, encargos sociais e encargos com pensões.

Os gastos com o pessoal no período em apreciação têm a decomposição seguinte:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Remunerações dos órgãos sociais	82 728,65	78 095,40
Remunerações do pessoal	2 384 346,85	1 997 137,09
Indemnizações	0,00	385,67
Encargos sobre remunerações	495 119,66	431 500,15
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	100 018,69	75 715,49
Outros gastos com o pessoal	7 510,60	6 331,08
Total	3 069 724,45	2 589 164,88

No mesmo sentido do aumento no volume de negócios, também o ano 2021 registou um aumento dos custos com pessoal. Após o ano 2020, com um aumento de 16% nos custos com pessoal, o ano 2021 apresenta um aumento de 18,6%. Se considerarmos que o aumento do número de funcionários médio foi de 12%, os remanescentes 6,6% refletem o aumento dos custos reais com o pessoal.

Em termos absolutos, em dezembro 2021 a empresa registava 153 trabalhadores, o que representa mais cinco trabalhadores que em dezembro 2020. Em termos médios o ano 2021 registou uma média de 156 trabalhadores, enquanto em 2020 registou uma média de 140 trabalhadores, que representa um aumento médio de 16 trabalhadores.

20. Outras informações

20.1. A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados.

Nos termos da alínea f) do nº.5 do artº.66 e dos artigos 218º e 295º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o Resultado Líquido de 321.856,30 euros (trezentos e vinte e um mil oitocentos e cinquenta e seis euros e trinta cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

Aplicação de resultados	31/12/2021	31/12/2020
Para reserva legal	0,00	0,00
Para reservas livres	0,00	0,00
Para reserva especial (DLRR)	186 890,70	153 737,40
Para resultados transitados	137 695,51	234 593,40
Total	324 586,21	388 330,80

20.2. Outras divulgações (divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados).

20.2.1. Estado e outros entes públicos

Os detalhes da rubrica de EOEP (ativo e passivo) em 31 de dezembro de 2021 são os seguintes:

EOEP – Ativo	31-12-2021	31-12-2020
Imposto sobre o valor acrescentado	42.623,52	127.002,69
Imposto sobre rendimento (IRC)	48.066,96	86.651,28
Outros	15,78	0,00
Total	90.706,26	213.653,97

O saldo do Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) diz respeito a valor de IVA a recuperar no montante de 123,52 euros e reembolsos pedidos de IVA no valor de 42.500,00 euros.

A rubrica de imposto sobre o rendimento inclui o valor de 33.474,20 euros de IRC a recuperar, referente à inspeção da AT relativa aos anos de 2016 e 2017, e cujo processo à data de hoje está para impugnação judicial. Existem fortes expectativas da recuperação totalidade deste valor.

O valor da Coleta de IRC + derrama + tributações autónomas, que totaliza em 2021, 100.549,24 euros, deduzida do crédito de imposto ao investimento no âmbito do RFAI (37.378,14 euros), da dedução por lucros retidos e reinvestidos DLRR (18.689,07 euros), dos pagamentos por conta efetuados em 2021 (58.290,00 euros) e das retenções na fonte (784,79 euros) dá um valor a recuperar de 14.592,76 euros.

EOEP – Passivo	31/12/2021	31/12/2020
Imposto sobre rendimento (IRC)	0,00	70 464,36
Retenção de imposto sobre o rendimento (IRS)	33 546,52	27 745,03
Contribuições para a Segurança Social e outros Organismos simila	95 941,35	86 353,17
Outros	876,99	1 432,53
Total	130 364,86	185 995,09

O valor a pagar ao Estado e outros entes públicos diz respeito a IRS retido (33.546,52 euros), quotizações e contribuições a pagar à Segurança Social (95.941,35 euros) e Fundo de compensação de trabalho (876,99 euros).

20.3. - Diferimentos

A decomposição desta rubrica é a seguinte:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Gastos a reconhecer	45 671,81	50 067,14
Rendimentos a reconhecer	5 096,42	1 637,72

Os gastos a reconhecer dizem respeito a seguros liquidados no ano corrente, mas que são gastos do ano seguinte.

Os rendimentos a reconhecer referem-se a subsídios do IAPMEI recebidos no ano corrente, mas que são rendimentos do ano seguinte no valor de 3.554,36 euros e rendimentos de rendas no valor de 1.542,06 euros.

20.4. - Garantias prestadas

A empresa tem um valor de garantias bancárias prestadas em 31/12/2021 de 10.347.460,26 euros, que se repartem da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Garantias de boa execução obra (de clientes)	8 742 940,94	6 859 473,71
Garantias bancárias (financeiras)	1 585 414,78	1 983 437,58
Outras garantias	19 104,54	19 104,54
Total	10 347 460,26	8 862 015,83

Após um aumento em 2020, comparativamente com 2019 de 1.747.964,22 euros, o ano 2021 registou novamente um aumento de 1.485.444,43 euros, relativamente ao mesmo período de 2020. O aumento deveu-se às garantias prestadas a clientes no âmbito de boa execução de obra. Este aumento deve-se ao aumento de faturação da empresa que obriga à prestação de caução/garantia, no mínimo, de 5% do valor contratado em obras públicas.

20.5. - Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação	%
Subcontratos	9 244 308,65	7 582 993,77	1 661 314,88	21,91%
Trabalhos especializados	265 490,96	191 683,92	73 807,04	38,50%
Publicidade e propaganda	2 652,60	5 313,50	-2 660,90	-50,08%
Vigilância e segurança	7 508,62	6 166,61	1 342,01	21,76%
Honorários	18 725,76	17 361,50	1 364,26	7,86%
Conservação e reparação	376 269,66	377 740,97	-1 471,31	-0,39%
Outros fornecimentos	29 164,93	29 178,73	-13,80	-0,05%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	143 891,87	135 808,81	8 083,06	5,95%
Livros e documentação técnica	1 717,22	5 360,35	-3 643,13	-67,96%
Material de escritório	12 383,43	8 786,18	3 597,25	40,94%
Artigos para oferta	8 115,74	7 034,62	1 081,12	15,37%
Electricidade	88 225,04	61 138,45	27 086,59	44,30%
Combustíveis	847 953,65	694 135,99	153 817,66	22,16%
Água	7 281,51	4 848,38	2 433,13	50,18%
Outros fluidos	26 990,13	25 762,10	1 228,03	4,77%
Deslocações e estadas	177 003,84	199 170,93	-22 167,09	-11,13%
Transportes	43 114,06	62 560,46	-19 446,40	-31,08%
Portagens	49 098,58	65 044,02	-15 945,44	-24,51%
Rendas e alugueres	164 672,79	152 717,27	11 955,52	7,83%
Comunicação	16 396,26	15 236,56	1 159,70	7,61%
Seguros	128 953,19	116 924,11	12 029,08	10,29%
Contencioso e notariado	1 299,94	2 306,78	-1 006,84	-43,65%
Despesas de representação	1 792,48	309,70	1 482,78	478,78%
Limpeza, higiene e conforto	12 270,12	8 639,85	3 630,27	42,02%
Outros serviços	5 604,68	3 002,53	2 602,15	86,67%
	11 680 885,71	9 779 226,09	1 901 659,62	19,45%

Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um aumento de 1.901.659,62 euros, que corresponde a uma percentagem de 19,45%,

A rubrica que mais contribui para este aumento foram os subcontratos, com um aumento de 1.661.314,88 euros (21,91%), seguida dos combustíveis, com um aumento de 153.817,66 euros, que representa um acréscimo de 22,16% comparativamente com o ano 2020.

20.6. - Outros rendimentos

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos suplementares	65 644,41	31 945,88
Descontos pronto pagamento	37,20	329,73
Rendimentos e ganhos em diferenças de cambio	51 762,50	2 302,46
Recuperação de dívidas a receber	0,00	8 330,89
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	36 342,60	74 181,07
Excesso estimativa impostos	0,21	0,00
Restituição impostos	30 436,69	0,00
Correções relativas periodos anteriores	304,83	60 190,59
Outros rendimentos e ganhos	2 326,67	148,05
Total	186 855,11	177 428,67

O valor de rendimentos suplementares inclui 12.028,06 euros de cedência de gasóleo à empresa Tecnegi, Lda e o valor de 42.887,81 euros de encargos de mão-de-obra debitados à empresa PDM, Lda.

O valor registado na rubrica rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros dizem respeito a sinistros ocorridos em bens do ativo. O valor registado em restituição de impostos diz respeito a IRC devolvido relativo ao ano de 1993.

20.7. - Outros gastos

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos	64 278,53	69 925,99
Descontos pronto pagamento	141,34	1,44
Em investimentos não financeiros	18 860,30	8 540,11
Restantes Investimentos financeiros	6,00	16,38
Diferenças de cambio desfavoráveis	9 631,21	35 655,48
Donativos	3 370,00	1 100,00
Correções relativas periodos anteriores	7 295,25	17 108,30
Outros gastos	7 915,72	12 579,08
Total	111 498,35	144 926,78

A rubrica de outros gastos apresenta uma diminuição de 33.428,43 euros relativamente ao período anterior. Esta diminuição é sobretudo explicada pela rubrica diferenças de câmbio desfavoráveis que apresenta uma diminuição no valor de 26.024,27 euros e pelas correções relativas a períodos anteriores que diminuíram relativamente ao ano anterior no montante de 9.813,05 euros.

20.8. - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Capital realizado	615.000,00	615.000,00
Reservas legais	154.256,39	154.256,39
Outras reservas	271.554,59	507.912,25
Resultados transitados	2.882.997,83	2.258.309,37
Resultado líquido do exercício	324.586,21	388.330,80
Total	4.248.395,02	3.923.808,81

O Capital Realizado e as Reservas Legais não tiveram qualquer variação em 2021, sendo que as Reservas Legais representam 25% do Capital Realizado.

A diminuição das outras reservas foram influenciadas pela constituição de 153.737,40 euros obrigatória pela utilização do benefício fiscal DLRR e pela reclassificação de Reservas Legais para Resultados Transitados de reservas cuja obrigação de manutenção das mesmas terminou.

A variação dos Resultados Transitados é composto pela transferência de 390.095,06 euros de Reservas Legais atrás explicado, 234.593,40 euros de resultados do ano anterior.

20.9. - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos movimentos ocorridos nos exercícios de 2020 e 2021:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Método direto:		
(1) Fluxo de caixa das atividades operacionais	2 069 539,11	-261 216,75
(2) Fluxo de caixa das atividades de investimento	-388 402,22	-604 684,30
(3) Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-1 426 617,63	2 536 233,13
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)	254 519,26	1 670 332,08
Efeitos das diferenças de cambio	27 314,38	-12 087,74
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 357 002,55	698 758,21
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 638 836,19	2 357 002,55
Variação de caixa e seus equivalentes (saldo final – saldo inicial)	254 519,26	1 670 332,08

A Demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto, que dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos através dos registos contabilísticos da empresa.

Os valores de caixa e seus equivalentes apresentam valores excluindo depósitos retenção e depósitos garantia.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais refletem uma significativa melhoria em relação ao ano anterior, apresentando-se agora positivos. Os fluxos de caixa das atividades de investimento mantêm-se negativos fruto dos investimentos levados a cabo no ano 2021.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 31 de março 2022.

21. - Divulgações adicionais para as entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º e o n.º 4 do artigo 9.º, ambos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho

21.1. - O volume de negócios líquido discriminado por categorias de atividade e mercados geográficos, na medida em que essas categorias e mercados difiram entre si de forma considerável, tendo em conta as condições em que a venda de produtos e a prestação de serviços são organizadas.

As duas grandes atividades da empresa são as obras públicas que representam 98% do volume de negócios da empresa, e a exploração da pedra que representa um volume de apenas 2% da faturação global da empresa.

O mapa em baixo detalha a divisão por tipo de atividade.

	Pedreira	Obras Publicas
Venda de bens:		
Mercado interno	564 587,46	0,00
Mercado comunitá	6 543,48	0,00
Outros mercado	0,00	0,00
Prest. de serviços:		
Mercado interno	0,00	17 721 130,72
Mercado comunitá	0,00	0,00
Outros mercado	0,00	1 084 211,44
Total	571 130,94	18 805 342,16

21.2. - Os honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das demonstrações financeiras anuais, e os honorários totais faturados por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, a título de serviços de consultoria fiscal e de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria, ou indicação de que essa informação se encontra incluída nas notas do Anexo consolidado da sua empresa-mãe.

Os honorários referentes a revisão legal de contas registados no ano 2021 foram de 8.190,00 euros.

Guarda, 31 de março 2022

O Contabilista Certificado



O Gerente

